



MUNICÍPIO DE ARGANIL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Acta n.º 03**

Sessão Ordinária  
da  
Assembleia Municipal  
realizada  
em  
19 de Junho de 2021



Assembleia Municipal

secretariado pelos Senhores Deputados António Gonçalves Cardoso e Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.--

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Segundo Secretário da Mesa**, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----

-----Ricardo João Barata Pereira Alves, António Gonçalves Cardoso, António Miguel Ribeiro Pinheiro, Sara Rita Rodrigues Pedroso, Manuel Augusto Simões Rodrigues, Carlos Miguel Oliveira Nobre, em substituição de Mário Pereira Gonçalves, Elisabete Simões Oliveira, Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal, Arlindo Lopes, em substituição de Luis da Silva Moreira Gomes, Miguel Sérgio Fernandes Dias, em substituição de Tamára Alexandre Brandão Simão, Fernanda Maria Marques Martins Pacheco, Miguel Mateus Teixeira, João José Monteiro Figueira, em substituição de André Vicente, Mário Rui Adrião Gonçalves, Ivone Inês de Almeida Sousa Borges, Maria do Céu Brito Coelho Alves Paulino, António João Lopes, Christophe Rodrigues Coimbra, e Maria José das Neves Fernandes Silva.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**-----

-----Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João António Travassos Nunes; Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita, José Gonçalves da Costa Pinheiro; Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Gomes Oliveira; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Paulo Jorge Travassos Batista; Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, José da Conceição Lopes; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Luís Fernando das Neves Rodrigues; Tesoureiro da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, Filipe Miguel Anjos Frias; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da Junta de Freguesia das Secarias, António Souto de Carvalho; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida; Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, João Manuel Marques Tavares; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa e Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, Paulo Jorge Marques Amaral.-----

-----Também participaram o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, bem como a restante Vereação, respectivamente Paula Dinis, Luís Almeida, Érica Castanheira, Rui Silva e Tyoga Macdonald.-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** usou da palavra para “saudar o regresso das reuniões deste órgão ao Salão Nobre dos Paços do Concelho, depois das profundas obras de reabilitação que teve. Queria também saudar o Senhor Presidente por esta intervenção, que se traduz na melhoria das condições de



## Assembleia Municipal

trabalho de todos, dos eleitos mas também dos funcionários da autarquia e de quem recorre aos serviços da autarquia.”-----

-----Teve a palavra o segundo secretário, senhor deputado **António Cardoso**, para referir que “da correspondência recebida destaca-se a revista EGOÍSTA de Abril de 2021 e também, da Assembleia Municipal de Mortágua, uma Moção de Rearborização – revogação da portaria nº 15-A/2018. Quanto ao restante expediente recebido, por via digital, foi sendo reencaminhado para os senhores deputados”.-----

-----O Segundo Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação das faltas dos senhores deputados, André Vicente, Tamára Simão, Daniel Gonçalves, Luis Gomes e Mário Pereira Gonçalves e Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça.-----

-----Faltaram ainda a senhora deputada Ana Sofia Antunes e o senhor deputado Ramiro Jorge, não tendo apresentado pedidos de justificação das faltas.-----

### PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

-----Teve a palavra o Senhor **Bruno Costa**, de Arganil para referir que “o meu nome é Bruno Costa e, apesar de ter nascido em Coimbra, residi sempre no concelho de Arganil e considero este o meu concelho, vendo-o claramente como parte de mim. É nesse sentido que me apresento aqui hoje com o objectivo de expressar algumas considerações acerca de diversos assuntos. Entrei no ensino primário em Arganil no ano de 2000, numa turma com 25 alunos; essa mesma turma manteve-se praticamente intacta até ao 12º ano. No ano de 2012, juntando as restantes turmas que deram entrada no ensino superior, deram entrada no ensino superior mais de meia centena de estudantes, sendo que cerca de metade desses estudantes eram residentes na freguesia de Arganil. Tal como eu terminei mais tarde, em engenharia mecânica, também praticamente todos os restantes jovens concluíram o ensino superior. Contudo, é com profunda tristeza que actualmente observo que apenas cinco desses jovens voltaram a residir em Arganil. Se olharmos para os que trabalham actualmente em Arganil, esse número reduz apenas para dois. Eu próprio teria muito gosto em trabalhar em Arganil e contribuir para o desenvolvimento económico de Arganil. Essa esperança não me parece longínqua pois exerço funções no ramo industrial e todos os dias que entro em Arganil, verifico os avanços, a passos largos, na expansão da Zona Industrial da Relvinha. Parabéns Senhor Presidente pelo investimento. Contudo, não será apenas necessário realizar os lotes, é preciso catalisar investimento industrial e trazer pessoas para Arganil. Pena é que o tão falado Plano de Resiliência não capitalize isso em ações concretas para o



## Assembleia Municipal

Interior. A capitalização da indústria poderá ser a alavanca essencial para fixar pessoas no concelho, permitindo que essas pessoas aqui trabalhem, construam as suas casas, façam aqui a sua vida e aumentem o seu agregado familiar. Tenho esperança, e espero conseguir ainda ver em Arganil um Pólo Industrial de grande envergadura com empresas de diversos sectores e empresários, não caindo no erro de capitalizar grandes pólos industriais e apenas um empresário, em que os riscos são maiores para o concelho. É com grande felicidade que congratulo o trabalho realizado na rede viária do nosso concelho, foi um trabalho de fundo que actualmente proporcionou aos munícipes do concelho e aos turistas que visitam a Serra do Açor uma travessia entre freguesias muito mais segura, económica e confortável. Contudo, um pequeno apontamento ao nível das comunicações: temos muito que melhorar. Como é possível em grandes cidades deste país, existir já em funcionamento o chamado rede 5G, contrastando com regiões do Interior do país, onde não existe qualquer rede de telemóvel? Regiões essas habitadas maioritariamente por pessoas com uma certa idade e que por vezes se sentem completamente isoladas. Esperemos que o Plano de Resiliência traga uma mudança e que não se concretize metaforicamente na sentença de morte do Interior do país. O último ano e meio foi de grande impacto económico e social, derivado da COVID 19, existindo a necessidade de repensar hábitos e estratégias, tanto no comércio como na cultura. O impacto da pandemia na cultura foi dantesco, parando um sector que é o terceiro principal contribuinte do PIB português, isto é, o terceiro sector que movimenta mais dinheiro em Portugal; pararam eventos, pararam associações; contudo, no nosso concelho, verifica-se que não ficámos parados. Existiram inúmeros eventos que provam que é possível realizar eventos durante uma pandemia. Destaco três eventos: as Noites de Verão de 2020, mais recentemente o Rali de Portugal no panorama desportivo-cultural, e o Festival Tradições de Cá, que terminou ontem. O Rali de Portugal foi sem dúvida o virar de página nos eventos, pois proporcionou ao público recordar memórias do passado quando não existia COVID e a verdade seja dita, os verdadeiros campeões do Rali foram os espectadores e a organização. E na organização, uma palavra especial para a Câmara Municipal de Arganil, por voltar a trazer este evento à sua capital; por proporcionar como visualizei na serra, 3 gerações de famílias, avô, filho e neto, a gozarem do mesmo gosto pelo Rali. Como amante desta competição, os meus sinceros parabéns. Considero contudo que podemos fazer mais e melhor, ao nível da cultura; aprendamos com o que se faz noutros concelhos, temos exemplos disso. Em 2018 realizámos em Arganil a primeira Noite Branca e o sucesso foi o que foi; era algo novo, era algo nunca realizado, e por isso teve a resposta por parte do público. Foi um evento diferente do que se vinha a fazer, e toda a gente procura na Cultura experiências novas e diferentes. Deixo o repto: não façamos eventos iguais, não façamos eventos online às 19.30, nas redes sociais; façamos eventos novos e originais que sejam diferenciados dos que já fazemos. Vamos aprender com o que se faz noutros lados; não se trata de copiar, trata-se de aprender e melhorar o nosso



## Assembleia Municipal

panorama cultural. Fazemos uma renovação à Ficabeira, de modo a atrair novos públicos, novas empresas, e recolocar a Ficabeira numa das maiores feiras da região Centro. Fazemos mais e melhor. É preciso fazer, mas é preciso fazer bem feito. E que se faça bem feito a remodelação do Teatro Alves Coelho, um ícone da vida arganilense, que necessita de uma intervenção urgente. Mas façamos a intervenção bem-feita, convertamos aquela sala numa das melhores salas da região Centro, com infra-estruturas físicas e técnicas, capazes de albergar grandes eventos culturais; não façamos os erros do passado. Temos pessoas no nosso concelho com conhecimentos suficientes para ajudar.-----

-----Não me querendo alongar mais, gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, parabenizar o município por todo o trabalho desenvolvido nestes quatro anos de mandato e, se dúvidas houvesse da capacidade de trabalho há quatro anos atrás, hoje as provas estão bem à vista, mas como o provérbio diz, cego não é aquele que não vê, mas aquele que se recusa a enxergar a realidade. Obrigado.-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** usou da palavra para “agradecer a intervenção, pois é sempre importante a intervenção do público na Assembleia Municipal, sobretudo quando é feita com esta qualidade.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **António Silva Moura**, de Casal Mourão, Côja, para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara quantos anos ainda faltam para terminar o alcatroamento da estrada do Casal Mourão, uma obra que está por fazer há cerca de 20 anos, sendo que parte dessa estrada está por alcatroar e outra parte está em mau estado. Queixou-se também de ter recebido uma carta para pagar 2,49€ com o prazo de 30 dias para fazer esse pagamento. Referiu ainda que em 2020 a Câmara gastou 12 milhões de euros no concelho, mas não houve verba para terminar a estrada do Casal Mourão e questionou porquê. Entregou fotocópia de uma carta que os moradores enviaram em 2001 para a Câmara.-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para “fazer uma nota muito rápida relativamente a estas duas intervenções, porque foram aqui feitos apontamentos que são críticos; uma das questões que consideramos muito relevante tem a ver com as comunicações; todos reconhecemos que é uma questão crítica, particularmente para as zonas do Interior e eu diria mesmo que mais grave do que termos aldeias no concelho sem telemóveis, é termos algumas aldeias que não têm telemóvel, nunca tiveram telemóvel, e neste momento estão sem rede fixa, que é um serviço universal depois de vários municípios terem tentado celebrar contrato para serviço fixo de comunicações, um serviço universal a que todos temos direito, e sem bom sucesso. Continuamos a acalentar esperança que as sucessivas reclamações que temos feito, mais recentemente junto do Regulador, da ANACON, que possa ter alguns resultados.”-----



## Assembleia Municipal

-----Relativamente a um outro assunto focado pelo engenheiro Bruno Costa, temos bem noção de que um dos principais dramas do nosso concelho e o nosso concelho a par com pelo menos mais 200 no país, é a capacidade ou a falta dela para principalmente fixar os quadros que sendo naturais destes concelhos, depois não regressam. Essa porventura será a situação mais crítica e é muito esse problema que nos motiva a procurar soluções, que nos motivou a avançar com o processo de ampliação da área de localização empresarial da Relvinha, numa perspectiva que todos hoje reconhecemos que tem que ser completamente diversa daquilo que acontecia há 40 anos; se amanhã tivermos uma empresa que pretenda instalar-se no nosso concelho, uma empresa tipicamente de confecção, para criar 400 postos de trabalho, isso é impossível, porque não vai encontrar sequer 40; não é por aí que é o caminho hoje em dia e não é por aí que queremos caminhar. Aqui a nossa preocupação neste momento é atracção de empresas de capital intensivo, de melhor e maior qualificação do ponto de vista de recursos humanos, e também por isso no Regulamento que aprovámos, quer em sede de Assembleia Municipal, quer nos critérios que já aprovámos em sede de reunião de Câmara, estamos a priorizar e a ponderar os projectos que induzam inovação, que induzam empregabilidade de recursos qualificados. Percebo aquilo que disse, que é exactamente aquilo que também penso relativamente a este assunto e é com esse objectivo que estamos a trabalhar. Naturalmente que também partilho de algumas das outras situações que referiu e não posso deixar de sublinhar o Rali de Portugal como sendo o evento que maior projecção proporciona ao nosso concelho, e projecção não só nacional mas internacional; esse foi um capital que vimos afastado da nossa terra durante muito tempo e que, felizmente, e depois de um processo negocial que durou mais de uma dúzia de anos, foi possível trazer de volta a Arganil.-----

-----Em relação à intervenção do Senhor António Silva Moura, como ele próprio aqui referiu, é um processo e um assunto que tem mais de 20 anos, já atravessou executivos socialistas, executivos social-democratas; vale a pena dizer, para que ninguém fique com esse desconhecimento, que não se trata de uma habitação que não esteja servida por estrada pavimentada; aquilo que é pretensão é que essa estrada tenha continuação para além daquilo que é a zona habitacional. Relativamente às cobranças eu apenas sou obrigado a dar cumprimento àquilo que está estabelecido na lei; quando não o fazemos é que temos motivos para podermos ser criticados. Reconheço que às vezes a lei obriga-nos a ter a mesma exigência para cobrar 0,20€ gastando às vezes 10,00€ como para cobrar 500,00€, mas como está explícito nos manuais jurídicos, a lei é dura, mas é a lei e em relação a isso não posso fazer nada."-----

## PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA



Assembleia Municipal

## 1 - Assuntos de Interesse para o Município.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro para** “cumprimentar todos neste retorno ao Salão Nobre dos Paços do Concelho e espero que continuemos nesta caminhada de volta à normalidade, a todos os níveis.-----

-----Gostava de colocar algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara; gostava que nos esclarecesse se tem informação acerca do tipo de ocorrências que têm aparecido em Côja, no Rio Alva; se tem ideia do que se passa, se temos que estar preocupados com a aparente poluição e se já foram feitas análises.-----

-----Estamos a entrar no Verão, há investimentos em curso que são importantes para o fortalecimento da marca Arganil, em todos os níveis, e gostava de saber se se confirmou a conclusão, como prevista, da intervenção no Piódão, no Posto de Turismo e se as obras estão em andamento ou estão com o mesmo ritmo que tinham.-----

-----Também em relação a S. Martinho da Cortiça, devo confessar que tenho já o fato de banho comprado a aguardar a sua luz verde para irmos inaugurar a piscina; tenho passado lá menos do que gostava, menos do que posso, infelizmente, espero que a piscina me atraia cada vez mais a S. Martinho, mas ainda não é uma realidade e eu gostava de saber se os sãomartinhenses e quem gosta da freguesia de S. Martinho, podem aspirar a mergulhar lá, ainda este Verão.-----

-----Gostava que me esclarecesse da situação do Parque de Campismo do Sarzedo; que investimentos estão previstos para lá, que se passa com o restaurante, está fechado há quanto tempo, quais são as perspectivas da sua abertura?-----

-----Em relação à Quinta do Dr. Urbano, na Benfeita, falou aqui que estava a ser preparada a inauguração, e que tinha muito gosto que eu fosse lá, aviso que tenho férias na última semana de Julho e primeira de Agosto.-----

-----Folgo muito e não podia deixar de referir a celeridade e a boa notícia do apoio do Governo Central na intervenção da Galeria Hidráulica da Ribeira de Amandos; é uma intervenção, um investimento, que vai no sentido de um conjunto de decisões que tem sido tomado por parte do Governo no município de Arganil. Gostava de saber quais são os próximos passos; relembro que as obras de Requalificação Urbana na vila de Arganil pararam, faz agora 4 anos, para contenção de perdas eleitorais, e desde esse momento até hoje, o ritmo, o âmbito, a intensidade de intervenção, nunca mais foi a mesma. Se se lembrarem do que estava previsto há 4 anos, quando as obras pararam, e aqui à frente da Câmara estava uma situação não pandémica, mas pandemónica, com alguma contestação, para ser meigo, e se se lembram do que estava previsto ao nível das intervenções não só na Avenida, que teve que parar, por causa da Galeria Hidráulica, mas em todas as outras ruas onde havia previsão de intervenção, hoje, 4 anos depois, a perspectiva de intervenção que temos é muito menor e eu diria que a questão da Galeria de Amandos até ajudou a manter essa narrativa de revisão em baixa da intervenção.-----



## Assembleia Municipal

-----Senhor Presidente, o Senhor anda em campanha, faz muito bem, tem os meios para isso, anda a apresentar projectos, intenções, e no seguimento até do que aconteceu quando apresentou aqui o projecto para a Praça Simões Dias, a renovação, que nunca foi feita, gostava que nos garantisse que todas estas questões que está a apresentar, com alguma segurança, que vão ser realmente feitas, porque apresentação de intenções sem o início sequer de uma obra, também temos aqui algumas. No seguimento do que apresentou para o Teatro Alves Coelho, do que apresentou para a Lomba do Canho, até do que apresentou e veio no Boletim informativo para a intervenção em Pomares – já agora gostava de saber quando vai começar a obra em Pomares; temos aqui um conjunto de obras que tinham sido apresentadas como de execução até 2021, Teatro Alves Coelho, Reabilitação Urbana da vila de Arganil, Casa dos Magistrados, Residência Feminina, Mercado Municipal, espaço sobrance na Praça Simões Dias, a conversão da antiga escola Conde de Ferreira em Arquivo Municipal o Manual de Boas Práticas; nada disso foi feito, algumas destas situações nem sequer iniciadas. Destas obras todas previstas no PERU 2018-2020, 2021, apenas foi feita a intervenção no edifício da Câmara. Parece-me pouco, e parece-me um foco especial na bolha que o acolhe.-----

-----Gostava ainda que nos falasse um pouco de quais são as suas intenções e a sua estratégia em relação à co-gestão da área da Paisagem Protegida da Serra do Açor; é um assunto que me preocupa pessoalmente, devo até confessar que tenho ideias diferentes do Governo, não tenho dúvidas sobre a modernização da gestão das áreas protegidas, acho que se perde âmbito, acho que se perde amplitude e importância e gostava que o Senhor Presidente nos explicasse qual é que vai ser a atitude em relação a esse assunto, por parte do município.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Elisabete Oliveira** para referir que “hoje já tivemos aqui, por parte de algumas intervenções, um desenho do concelho, dos seus desafios, e como também já foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara, de uma realidade que acaba por ser transversal a outros territórios de baixa densidade. Hoje trago aqui um apontamento que, sendo breve, me pareceu importante fazer, que tem a ver com um dos aspectos que eu considero que traz maior riqueza a este concelho e que se apresenta como uma grande mais-valia, e que se tem apresentado sempre ao longo da sua história e tem a ver com o dinamismo associativo que temos no concelho e que é transversal a todas as áreas desde as culturais, recreativas, desportivas, e a importância que tem no seu desenvolvimento. Queria salientar à luz desta importância, o apoio que foi dado novamente a estas associações agora em Maio, e que vem no seguimento de outros apoios que foram dados já em 2019 e 2020 e que me parece essencial para ajudar estas Associações a responderem a este exigente efeito da pandemia na sua actividade, que não é fácil. Estamos a falar de associações que dependem das receitas que vão sendo angariadas com os eventos que por tudo isto que estamos a viver, não puderam ser realizados. Dar uma sugestão que acredito que esteja já a ser feita, que tão importante como este apoio



## Assembleia Municipal

financeiro, que é essencial, é acompanhar muito estas direcções, e as pessoas que pertencem a estas Associações, que perante estas situações como todos, precisarão, nesta fase, também de um acompanhamento que possa ser de proximidade. E digo isto porque também vivemos o desafio das lideranças nas Associações, do envolvimento das pessoas e tenho algum receio que partilho com todos que esta pandemia possa também ter aqui um efeito nocivo e dissuasor porque leva a um menor dinamismo que depois pode mais à frente ter esta questão. Portanto pedia e estou convicta e também mostrar a disponibilidade para que possamos acompanhar estas equipas e possamos ajudar a manter a motivação, neste período transitório. Reforçar a importância deste apoio e deste acompanhamento que tem sido dado pelo município.-----

-----Ainda a título de apontamento e depois da intervenção do deputado Miguel Pinheiro, fico um bocado confusa nesta que me parece alguma incoerência, peço desculpa se não for, mas às vezes parece que ou o município ou o executivo está aqui a exagerar na obra feita, ou parece que não fez obra nenhuma; fico confusa, mas devo ser eu. Peço desculpa.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Nuno Espinal** para referir que “a minha amiga e deputada municipal do PSD, Margarida Figueiredo, na última sessão que houve, apresentou aqui um problema relativamente a um diferendo entre a população de Vila Cova e a Estradas de Portugal. Na altura o Senhor Presidente manifestou o desejo de que a questão fosse resolvida e disse que estava convencido de que isso iria ser resolvido, não sei se se lembra, mas até hoje nada foi resolvido. Eu tive a pressão, da parte dos principais protagonistas deste pedido, que foi feito e que circulou aqui na Câmara, inclusive há cartas que vieram para a Câmara, para a União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz e para a Estradas de Portugal. Nessas cartas enviadas até há uma petição que foi assinada por muitos vilacovensenses. Aquilo que se pede são três questões fundamentais; uma delas considero que é mais psicológica do que merecedora de tanta atenção, mas eu vou respeitar, que é a questão da placa que diz Vila Cova do Alva e que estava colocada no entroncamento, na zona de bifurcação entre a estrada que vai para Côja e a estrada que vai para o Barril, e que foi mudada para perto das habitações, junto à primeira casa da povoação. É evidente que a Estrada de Portugal não tem competência para retirar território seja a quem for, portanto, se aquilo era território de Vila Cova, continua a ser; mas isso é muito bom para quem entende a questão porque os vilacovensenses pensam que a partir do momento em que a placa foi retirada do sítio em que estava, houve uma diminuição do território que faz parte, desde há séculos, da freguesia de Vila Cova. Pessoalmente, considero essa questão pouco relevante, mas temos que respeitar o sentir das populações e esse sentir é real; eu tenho falado com algumas pessoas e tenho explicado que não há problema de maior com isso, mas as pessoas não aceitam a minha explicação e dizem que Vila Cova já perdeu o território que tinha desde o sítio onde está hoje colocada a placa e o sítio



Assembleia Municipal

onde estava anteriormente. Inclusivamente dizem que perdeu-se a Fonte dos Passarinhos, perderam-se os miradouros. É evidente que isto não é verdade, mas é um sentir. A Estradas de Portugal argumenta com razões que não me parecem minimamente convincentes e não percebo porque houve essa mudança da placa.-----  
-----Outra questão tem a ver com o muro que foi construído ao longo da estrada, que tem uma traça arquitectónica completamente diferente daquela que existia que era a construção em xisto e depois uma pedra de granito em cima dessa construção. Foi substituído por uma construção em cimento, com uma cor castanha, e isso tem sido também motivo de desagrado por parte da população de Vila Cova. Não houve resposta convincente até agora e penso que dificilmente a Estradas de Portugal vai repor a construção arquitectónica que existia antes, relativamente ao muro.-----  
-----A questão que me parece mais importante é o facto de, antigamente, junto a esse muro, até ao acesso à Fonte dos Passarinhos, havia um espaço de terra, de cerca de 20 ou 30 cm, que servia de passeio, onde as pessoas transitavam, e inclusivamente no Verão havia muitos veraneantes que, à noite, faziam este trajecto, e vão continuar a fazer, até ao entroncamento, onde há um miradouro; eu próprio pertença a esse grupo de pessoas que vai fazer esse trajecto todas as noites no Verão, somente em Agosto e ali estamos em cavaqueira, nas noites amenas que principalmente em Agosto geralmente fazem. Esse passeio servia também para trânsito das pessoas que vão para as fazendas, das pessoas que vão à Fonte dos Passarinhos buscar água, e esse espaço foi retirado e foi tudo alcatroado, ou seja, a estrada é desde o muro até ao outro lado, onde existe valeta. Ninguém pode circular com segurança; se houver um atropelamento, a culpa não é do automobilista, pois ali é estrada. Circular com segurança naquela estrada é difícil, é complicado, e pode, mais tarde ou mais cedo, surgir ali um acidente grave e depois quero ver de quem é a responsabilidade; é da pessoa atropelada, porque não devia estar na estrada. Esta é a lógica que podemos retirar da situação. Senhor Presidente, peço-lhe a atenção mais uma vez, e falo em nome do povo de Vila Cova, para ver se na sua competência, no seu poder, pois isto é uma questão de poder, e possivelmente as pessoas que assinaram as petições não têm esse poder, se o Senhor com o seu poder, intervenha junto da Estradas de Portugal e pelo menos esta questão da segurança na estrada possa ser resolvida.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Sara Pedroso** para referir que “a minha intervenção prende-se com a alteração recente, o reajustamento dos critérios de risco com base nos quais se vai procedendo ao Plano de Desconfinamento no âmbito da pandemia COVID 19. Estas alterações, cuja necessidade já vinha a ser referida por vários autarcas há algum tempo, e que o foi muito recentemente pelo Presidente Luis Paulo, procuram deste modo ajustar-se às especificidades dos territórios, dos concelhos com menor população, evitando o prejuízo pelos limites de incidência que são aplicados a nível nacional e assim passaram a ser aplicadas apenas restrições se forem ultrapassadas o dobro daqueles que eram os limites



## Assembleia Municipal

anteriores. O Governo veio, assim, reconhecer as várias diferenças territoriais e as necessidades e as vantagens de ter isso em conta, quando se faz a gestão da pandemia e deste Plano de Desconfinamento. Foi mantida a matriz de risco considerando na mesma o risco de transmissibilidade, o famoso RT, e a taxa de incidência de novos casos, mas havendo uma diferenciação entre territórios. De facto, vivemos uma situação extraordinariamente difícil para todos os envolvidos que implica uma tomada de decisão muito complexa, procurando um equilíbrio entre aquilo que é a saúde pública e também o controlo da pandemia, e as questões económicas e sociais envolvidas que vão também elas determinar a saúde a vários níveis, nomeadamente uma área que me é particularmente grata e importante, a área da saúde mental, por exemplo. Numa época como esta de grande dificuldade e complexidade, o que todos desejamos são lideranças e participações políticas firmes, assertivas, que defendam aquilo que é o melhor interesse do país e também o interesse das populações específicas das áreas de influência de cada um. Não é esta altura, na minha opinião, para aproveitamentos políticos, para críticas que ao invés de abordar questões específicas e de apontar soluções e estratégias a seguir, não têm nada de construtivo e muitas vezes deixam até dúvidas quanto aos reais propósitos que envolvem. Nesse sentido, gostaria de salientar a forma como sinto e me apercebi que o executivo foi gerindo a situação numa altura em que o concelho esteve debaixo dos holofotes mediáticos por exemplo pela realização do Rali de Portugal, e queria realçar particularmente a forma como o Senhor Presidente comunicou internamente e externamente, através dos órgãos de comunicação social, de uma forma que foi muito clara, muito assertiva, e que teve importância não só para o nosso concelho mas também para outros concelhos em iguais circunstâncias. Numa altura de incompreensível cansaço da famosa fadiga pandémica, a clareza da comunicação, a coerência, a compreensibilidade das medidas impostas, particularmente aquelas que são mais restritivas, é fundamental. É também muito importante esta noção de que todos estamos envolvidos num propósito, todos somos necessários para o bem comum, mas não vamos tratar por igual aquilo que é necessariamente diferente e isso é também muito importante para que todos consigamos ultrapassar esta fase difícil em que nos encontramos. Obrigada.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Manuel Augusto Rodrigues** para “questionar o Senhor Presidente sobre o que é que se passa com o abastecimento de água na vila de Arganil pois, pelo menos na minha zona de residência, se há 10 anos atrás o problema tinha a ver com a estação elevatória e com o depósito de água, na actualidade e com o investimento de milhões, entretanto aplicados, continuo a ter problemas, não só eu como todos os vizinhos, quer durante a noite, quer durante o dia, com o débito de água. O débito é muitas vezes muito reduzido e por vezes não sai mesmo água nenhuma; o ar sai da torneira, fazendo um barulho nada agradável mas, pior que isso, é que no contador os números passam a uma



Assembleia Municipal

velocidade estonteante. Gostaria que esclarecesse a Assembleia a razão disto acontecer.-----

-----Outra questão para saber o porquê de não serem presentes, nos documentos para as Assembleias Municipais, juntamente com as deliberações da Câmara Municipal, as posições dos vereadores e as suas intervenções nessas mesmas reuniões, sobretudo quando as votações não são por unanimidade. Mais verifico que foram aprovadas as actas números 4 a 11 na reunião de Câmara de 8 de Junho de 2021, mas ainda nenhuma está colocada no balcão online. Aliás, o mesmo se passa em relação à maior parte das actas de 2020. Queria questionar se é esta a transparência do município de Arganil.-----

-----Há cerca de 12, 13 anos atrás, questionei neste mesmo local, depois da aquisição pelo município do chamado armazém do Senhor Aleluia, e que seria com finalidade de dar cumprimento a uma deliberação da Câmara de Arganil anterior, da construção do terminal para a rodoviária; questionei do porquê de na cave do referido edifício não se instalarem as oficinas da Câmara e o Senhor Presidente do executivo de então, o engenheiro Ricardo Pereira Alves, e executivo de que o Senhor Presidente também já fazia parte, disse então que a cave não possuía as mínimas condições para aí serem instaladas as oficinas. Passados estes anos todos verifico eu, e todo o concelho de Arganil, que afinal a referida cave possuía todas as condições para as oficinas da Câmara, pois estas lá continuam. Afinal, na altura, não estava errado. O mais caricato disto é que volvidos todos estes anos, a sucedária da rodoviária continua sem terminal. Dizem as más-línguas, supostas más-línguas, que irá sair do concelho de Arganil; abandonou já as oficinas que possuía na Rua Comendador Saúl Brandão, edifício este, segundo protocolo antigo, que passaria para a Câmara de Arganil, após a conclusão do terminal rodoviário, tanto quanto tenho ideia. Gostaria de saber o que o Senhor Presidente tem a dizer sobre isto. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Fernanda Pacheco** para referir que “a minha intervenção prende-se com duas candidaturas que foram apresentadas recentemente e sobre as quais gostaria de saber qual o ponto de situação. Uma delas está relacionada com a reabilitação do Teatro Alves Coelho, cuja cedência pela Santa Casa da Misericórdia foi formalizada no passado dia 16, e em que a candidatura para a requalificação do imóvel ao Programa Centro 2020 seria feita até ao final do mês de Abril e a outra está relacionada com o projecto de valorização do acampamento romano da Lomba do Canho que, como sabemos, é um local classificado como imóvel de interesse público e é um dos mais importantes testemunhos militares da época romana. Embora sejam situações diferentes, e já foram várias vezes abordadas nesta Assembleia, considero que são ambas muito importantes e contribuirão para o enriquecimento do património arganilense, pelo que gostaria de saber se o Senhor Presidente da Câmara já tem mais alguma informação relativamente a estes projectos.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para referir que “hoje, neste periodo antes da ordem do dia, gostava de partilhar convosco dois temas.-----

-----O primeiro refere-se à realização do WRC Rally de Portugal; aproveito para dizer que me revejo totalmente nas palavras aqui partilhadas pelo engenheiro Bruno Costa e também pelo nosso Presidente da Câmara. No passado dia 21 de Maio a caravana do mundial de ralis regressou a Arganil.-----

-----Sendo este um tema que abordo com frequência, não poderia deixar de referir aqui o sucesso desta edição. Por se tratar de uma edição que decorreu em condições muito especiais por razões óbvias, é importante fazer o devido destaque do mesmo.-----

-----O troço, impecavelmente bem tratado, a merecer o reparo positivo de várias individualidades ligadas à modalidade, atestou o trabalho feito pelo município de Arganil para apresentar as melhores condições possíveis na nossa etapa. A beleza natural e a dureza da nossa serra, somadas a um clima agradável e ao que acabei de referir, criaram as condições ideais para um grande dia. Desportivamente, o evento decorreu com normalidade, não registando qualquer incidente, o que é obviamente positivo. No que ao público diz respeito, gostaria de registar a melhoria realizada no procedimento de acesso às zonas espectáculo. Pareceu-me claramente menos complicado o acesso às mesmas, face à edição de 2019.-----

-----Não menos importante, é o impacto nulo que este evento teve em Arganil, em casos Covid. Coincidindo o evento com uma fase em que Arganil apresentava um número de casos considerado elevado, era expectável que algum alarme fosse criado e que surgissem opiniões discordantes da realização do evento. No final do evento é possível constatar que o gosto pelas altas rotações é compatível com sentido de responsabilidade e comportamento adequado. Fica também cada vez mais evidente que o público português entendeu definitivamente que as loucuras que se viviam no passado a cada edição do rally de Portugal ficaram aí mesmo, no passado, e que hoje o rali é para ser igualmente aproveitado, mas sem correr riscos e se estivermos em pandemia e tivermos que utilizar máscara e promover o afastamento social, também o sabemos fazer e respeitar.-----

-----Que venha o feriado de 2022 para, durante a noite, comemarmos o rali e para durante o dia vermos passar os carros.-----

-----Um segundo tema é a Reabilitação da Antiga Escola Primária de Folques. Foi inaugurado no passado dia 06 do presente mês a reabilitação da antiga escola primária de Folques. Não sendo eu um cidadão de Folques, sou um Arganilense que se congratula com o que de positivo acontece no nosso território e esta reabilitação consegue, do meu ponto de vista, visar vários pontos que julgo serem dignos de registo.-----

-----A preservação do património edificado é uma necessidade e uma obrigação. Por vezes, a dificuldade de arranjar uma utilização alternativa para espaços que



Assembleia Municipal

deixaram de servir no propósito para os quais foram construídos ditam o seu abandono e conseqüente degradação.-----

-----Como também já tive oportunidade de referir em edições anteriores desta assembleia municipal, o turismo de natureza e em particular o desporto outdoor é algo que assenta que nem uma luva no nosso território. Explorar este nicho de mercado é importante e poderá trazer resultados muito positivos. Este requalificado edifício tem tudo para ser mais um contributo nesse processo de exploração.-----

-----O culto do mérito é algo que aprecio e que pratico no meu dia-a-dia. Em Arganil temos o privilégio de poder ter como nosso conterrâneo um atleta excepcional na prática do Trail-Running. Tem acumulado títulos em competições a nível nacional e internacional, permitindo tornar-se num dos atletas mais reputados a nível nacional na modalidade. Reconhecer o seu talento só o motivará mais para continuar a lutar por mais vitórias. Por outro lado, a partilha e o reconhecimento social dos seus feitos, motivará mais pessoas a lutarem pela realização dos seus sonhos.-----

-----Por último, a sinergia criada entre o Município de Arganil e a Junta de Freguesia de Folques através da celebração dos contratos programa que estiveram na origem do financiamento de uma parte muito significativa da obra realizada, demonstra que o trabalho conjunto dá mais e melhores frutos.-----

-----Por todos os pontos que referi quero parabenizar o André Rodrigues, a Junta de Freguesia de Folques e a Câmara Municipal de Arganil. Vale pela requalificação, mas vale, acima de tudo, porque o resultado consegue ser bem mais que uma simples obra. Julgo que estamos perante uma situação em que o resultado é superior à soma das partes. Espero que os próximos tempos nos mostrem isso mesmo. Obrigado.”-----

**-----O Senhor Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz saiu da sala de reuniões, deixando de participar nos trabalhos.-----**

-----Teve a palavra a senhora deputada **Maria José Silva** para referir que “gostaria de aqui assinalar e de me congratular pela atribuição do galardão de Bandeira Azul, mais uma vez, às Praias Fluviais do Piódão, Secarias e Côja; foi reconhecida a qualidade da envolvente e das infra-estruturas de apoio e da própria qualidade da água. Arganil detém, mais um ano, o estatuto de concelho da Rede Hidrográfica do Centro com mais bandeiras azuis. Uma outra boa notícia, que resulta de uma candidatura do município ao Programa Praia Saudável, da Fundação Vodafone, é que estará disponível na Praia Fluvial de Côja, uma cadeira anfíbia, que vai tornar possível, para pessoas com mobilidade reduzida, o acesso à água, com conforto e segurança. Estas medidas merecem todo o destaque e divulgação, uma vez que ajudam a afirmar o nosso concelho como destino turístico de grande qualidade para além de oferecer aos residentes condições de excelência.-----

-----O Rio Alva constitui um património rico diversificado e sensível, que deverá ser protegido e desenvolvido incansavelmente. A este propósito, vale a pena mencionar



## Assembleia Municipal

mais uma vez o fantasma da Mini-Hídrica do Vale das Botas. Se bem se recordam, na última Assembleia Municipal, dei conta que tinha decorrido a audição parlamentar à petição pública contra a instalação desta mini-hídrica. Esta audição decorreu a 17 de Março. Nessa altura, fui informada pela senhora relatora deputada Raquel Ferreira, que no prazo de 60 dias receberia um Relatório Parlamentar sobre o assunto. Todavia, passaram já 90 dias e ainda não é conhecido esse Relatório. Ainda nestes últimos meses o Senhor Presidente da Câmara pediu esclarecimentos à Agência Portuguesa do Ambiente, acerca da situação do projecto, cuja declaração de impacto ambiental caducou em Março. Pergunto se já houve resposta. Cabe-me também informar que o Grupo Parlamentar do PSD entregou um projecto de resolução na Assembleia da República com o pedido de reavaliação deste projecto, com a recomendação que se avaliem alternativas de investimento e se extinga a concessão. Até agora o PSD foi o único partido com representação nesta Assembleia a tomar uma medida efectiva e confesso que apesar de aqui estar em representação do PSD, o que torna óbvio o elogio a esta tomada de posição, gostaria que todas as forças políticas acompanhassem esse esforço que necessariamente tem que ser consubstanciado em mais do que palavras. Compreendemos que a situação de pandemia condiciona muitos procedimentos mas não podemos deixar que esta insegurança se eternize. Neste momento o Vale das Botas é uma espécie de zombie, um projecto que nem está morto nem está vivo, mas nós precisamos de respostas definitivas, para que todo o esforço que temos feito em nome da população, repito, em nome da população, e obviamente do património natural, não seja desacreditado. Muito obrigada.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita** para dizer que “venho aqui falar num problema que é transversal a algumas aldeias do concelho de Arganil, que é a falta de rede fixa em várias aldeias; mais propriamente na minha freguesia, há duas aldeias, Sardal e Enxudro, que estão privadas tanto de rede fixa como de rede móvel. São duas aldeias “encravadas” na serra, com poucos habitantes, mas se tivéssemos cobertura de internet e de rede fixa, tenho conhecimento de vários residentes ou que têm lá segundas habitações, que na maior parte do ano passariam cá o tempo e assim acabamos por ter que continuar a ter as aldeias desertificadas. Pedia a esta Assembleia para que pudesse tomar uma posição de força para com a ANACON, para que eles fizessem alguma pressão sobre as empresas, para que estes serviços fossem repostos quer na freguesia da Benfeita, como nas outras aldeias do concelho de Arganil. Sei que a Câmara tem desenvolvido esforços para que isso seja feito mas de momento ainda nada aconteceu, pelo menos não há respostas da ANACON, para resolver este problema. Obrigado.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva** referindo que “tenho uma primeira palavra para o senhor deputado



## Assembleia Municipal

Miguel Pinheiro, por trazer aqui o assunto do Rio Alva; quero agradecer-lhe isso porque ao longo destes quase 4 anos que estamos aqui, raramente os problemas de Côja foram trazidos a esta Assembleia, à excepção da Mini-Hídrica, claro; o meu agradecimento, para que eu possa esclarecer aqui algumas questões. Relativamente à eventual poluição do Rio Alva, devo dizer que este fenómeno que se verificou no Rio tem mais de 3 meses. Desde a primeira hora contactámos o SEPNA da Lousã e cheguei mesmo a contactar o Comando Geral da GNR. Contactámos também a direcção de operações das águas residuais do Centro Litoral, a APA, e sei também que o Senhor Presidente do município contactou outras entidades. Referir o empenho que todos tiveram na tentativa de explicar aquilo que se passa no rio. Também não é verdade que só haja espuma em Côja; há espuma acima de Côja, embora em menos quantidade. Dizer também que de todos os Relatórios que temos, e temos vários, tanto da APA como do SEPNA, todas as análises feitas se encontram dentro dos parâmetros normais das águas. Deixar tranquilas as pessoas e esta Assembleia que aparentemente não se trata de um foco de poluição. É isto que as entidades nos dizem. Da reunião tida com a APA, nomeadamente com o engenheiro Victor, muito recentemente, o que nos explicou é que isto tem a ver com fenómenos naturais, aparentemente. Estamos à espera desse Relatório que ainda não nos foi enviado, mas via telefone falei com ele e foi isso que me foi dizendo. De qualquer forma nós não descansaremos enquanto isto não estiver esclarecido porque já o ano passado houve espuma mas em menor quantidade e este ano a quantidade foi maior e essa espuma só se verifica quando há batimentos de água; quando o rio tem algum caudal, vê-se. Nestes dias antes destas chuvas, quando o caudal do rio baixou, a espuma praticamente desapareceu. Temos que acreditar nestas entidades, no entanto quero dizer também que não vamos parar com a investigação; já na próxima segunda-feira iremos fazer análises, se houver espuma, no caneiro, para tentarmos perceber de onde é que isto vem. Volto a referir que dos Relatórios enviados por esta entidade ainda ontem recebi da Águas do Centro Litoral, relativamente às Etares, e tudo está dentro dos parâmetros normais ou legais.”-----

-----**O Senhor Presidente Junta de Freguesia de Pomares saiu da sala de reuniões, deixando de participar nos trabalhos.**-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “tentarei responder e/ou comentar os vários assuntos que foram aqui abordados nas várias intervenções.”-----

-----Começando pela intervenção do senhor deputado Miguel Pinheiro, dizer em complemento daquilo que referiu há pouco o Senhor Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva que temos tido nesta matéria uma postura muito proactiva, que nos permitiu obter das entidades competentes nesta matéria, informação de serenidade, de não alarmismo, relativamente a esta situação. A



Assembleia Municipal

justificação que nos é transmitida tem origem em causas naturais, nomeadamente com a libertação dos pólenes e com a existência de alguns fungos que existem na natureza. É a informação que ainda há muito pouco tempo o administrador da Reserva Hidrográfica me transmitiu.-----

-----Relativamente às várias intervenções acerca das quais solicitou informações, e o senhor deputado Miguel Pinheiro fez uma referência relativamente à época política, que nos toca a todos, inclusivamente a si, e por isso eu iria sugerir, que pode ser importante para a campanha eleitoral que também vai fazer, que pudesse ter a seguinte informação: aquilo que vou começar por dizer nem sequer é uma apreciação minha, para ser totalmente independente, até me vou socorrer do nosso vizinho de Oliveira do Hospital, que presumo que para si possa ser considerada uma voz idónea, que à partida não oferecerá qualquer tipo de dúvidas: este foi mesmo o mandato autárquico mais difícil e mais exigente dos últimos 50 anos. Basta atentar àquilo que foram os incêndios de 2017, aquilo que se seguiu com as enxurradas, o que veio a seguir com as várias tempestades e aquilo que temos agora com a pandemia. Acho que é bom de ver que, se houve um mandato difícil, este foi inequivocamente o mandato mais difícil. Ainda assim, e vale a pena que isto fique nos seus apontamentos, ainda assim, é o mandato com o maior investimento público de sempre no concelho. Certamente também compreenderá que isto não é obra do acaso; contrariamente à ideia que a páginas tantas quis aqui fazer transparecer, de que nada acontecia, de que nada tinha sido feito, que lhe parece pouco, nós também temos ambição de fazer mais e mais e melhor, mesmo, senhor deputado, quando nos dizem, quando nos aconselham, como aconteceu neste Órgão, a andar mais devagar porque estávamos a andar muito depressa relativamente à ampliação da área de localização empresarial da Relvinha. Deve lembrar-se de onde veio essa sugestão, de se abrandar porque aquilo estava a andar depressa demais.-----

-----Respondendo em concreto às questões que colocou, sobre o Piódão, já aqui manifestei e volto a reiterar, não tenho qualquer problema, a minha forma de estar não é escamotear informação e portanto esta é uma empreitada que tem estado a correr muito mal, extraordinariamente mal, tal como correu bastante mal aqui esta segunda empreitada do espaço público. Também sabemos, pois o senhor deputado é uma pessoa atenta que não acompanha só as empreitadas de Arganil, acompanhará também de outros concelhos, e sabe que, infelizmente, na época em que nos encontramos, é um problema transversal em vários municípios. A informação mais recente é que quando, depois das prorrogações oficiosas ou legais que aconteceram até ao final de Junho, aquilo em que quero acreditar e a informação que tenho da administração do empreiteiro, é que, até ao final de Junho, a intervenção relacionada com o Posto de Turismo e com as casas de banho públicas, que estarão concluídas.-----

-----Relativamente à Zona de Lazer de S. Martinho da Cortiça, vai depender daquilo que é a sua expectativa relativamente à época balnear; se tivermos uma época balnear com as características daquilo que aconteceu em 2017, acho que ainda é



Assembleia Municipal

possível, mas se o Verão terminar no final de Agosto, como era tradição no nosso concelho, já será mais difícil, mas devo dizer, em relação àquela empreitada, que tivemos algumas surpresas, nomeadamente do ponto de vista das fundações, considerando aquilo que são as características daquele terreno, que exigiram algum reforço, mas ainda assim, é uma empreitada que está a decorrer com normalidade. Contrariamente àquilo que disse há pouco, relativamente às outras, esta é uma empreitada em que só tenho que parabenizar aquilo que tem sido o desempenho do empreiteiro, que tem demonstrado grande competência. Ainda tenho esperança que seja possível o senhor dar uso aos seus calções novos neste nosso Verão de 2021, embora não seja possível já no início da época balnear.-----

-----Relativamente ao Parque de Campismo do Sarzedo, está a ser ultimado o projecto de execução; pedimos alguns contributos às entidades que têm actividade nesta área, particularmente do Autocaravanismo; a componente que foi objecto de financiamento público por parte do Instituto do Turismo de Portugal, tem a ver com o Autocaravanismo e entendemos que faria e que fazia sentido auscultar, relativamente à proposta do projecto de execução, o entendimento da Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo. Dessa auscultação surgiram algumas sugestões que estão neste momento a ser transportas para a versão final do projecto de execução, para avançarmos entretanto e rapidamente com esta empreitada, uma vez que temos como sabem, os meios financeiros acautelados, quer por via do financiamento do Turismo de Portugal, quer por via do financiamento bancário que aqui aprovámos.-----

-----Relativamente à data de inauguração da Quinta do Dr. Urbano, se me permitir, eu iria acertar com o senhor deputado a mesma, para ser mesmo a certeza da sua presença; vamos conseguir conciliar agendas para pelo menos os dois estarmos presentes e não haver aqui nenhuma colisão com as nossas férias.-----

-----Relativamente à Galeria Hidráulica da Ribeira de Amandos, tenho que reconhecer a resposta do Governo, particularmente através de um mecanismo europeu, do REAT, mas não deixa de ser curioso que se formos recapitular algumas Assembleias Municipais para trás, vamos encontrar várias actas em que o senhor me criticava porque aquela obra nunca mais andava e em que eu sistematicamente disse que estava à espera do Governo; nessa altura demorava muito, agora já foi uma grande celeridade; são critérios independentes de análise, que também vale a pena termos em atenção.-----

-----Relativamente ao espaço público, sinceramente não considero que haja aqui nenhuma revisão em baixa, antes pelo contrário; aquilo que eram as componentes de intervenção no espaço público mantêm-se todas consideradas, aquela que é mais significativa é aquela que atravessa e que está na proximidade da zona da Galeria. Todas essas componentes de intervenção no espaço público estão consideradas na mesma empreitada. Temos, do ponto de vista do projecto de execução, capítulos totalmente autonomizados, como não podia deixar de ser, uma parte para o espaço público, dentro daquilo que é a regeneração urbana, uma parte para a Galeria



## Assembleia Municipal

Hidráulica, e uma parte que é espaço público, mas não está dentro da regeneração urbana e que queremos fazer na mesma, como é o caso daquele troço entre a ponte da Ribeira de Folques e a rotunda Dr. Homero Pimentel; não há aqui uma redução, antes ampliação, tal como essa ampliação está considerada aqui na Rua Condessa das Canas, que está já concluída, como está também, considerada no acesso desde a Misericórdia até ao largo da feira, cujo processo de concurso público está concluído e está neste momento em fase de contratação, que inclui a Avenida Irmãos Duarte, inclui o alargamento daquele troço e a estabilização também, definindo apenas trânsito num sentido na zona superior ao largo da feira. Também está incluída nessa mesma empreitada que está em fase de contratação, e volto a dizer, o concurso público já decorreu, já houve elaboração de um Relatório preliminar, estamos numa fase muito avançada, do ponto de vista burocrático; inclui também a substituição da chamada Ponte da Barreira, pois fizemos há uns tempos um diagnóstico a todas as obras hidráulicas do concelho e aquela é uma das que aponta sintomas de risco; será concretizada a substituição dessa ponte por uma nova alternativa, tal como haverá uma intervenção de reabilitação das margens da ribeira particularmente da ligação daquele passadiço, que é paralela à ribeira e que vem entroncar até ao Sub-Paço. Também essa zona será objecto de requalificação e falo disto apenas para sustentar que não há aqui nenhuma redução do espaço de intervenção, antes pelo contrário.-----

-----Relativamente àquilo de que estamos a falar, e vale a pena sublinhar isto, não estamos aqui a falar de intenções; não tenho projectos como o senhor sabe, embora às vezes ser muito mais confortável falar de projectos, não são ideias, são coisas concretas e também por isso, quando falo de algumas situações mais complicadas e mais complexas, muitas vezes porventura alguns optariam por outro tipo de discurso, mas em relação em concreto ao Teatro Alves Coelho, tenho sido totalmente coerente nesta matéria. Fizemos um caminho, um caminho determinante que exigiu muitas horas de trabalho, muitos meios alocados, e que está neste momento em fase de poder avançar, se e quando a candidatura que submetemos ou outra que venhamos a submeter, for aprovada. Mais transparência e mais correção penso que não é possível. Relativamente a outros projectos, e foi assunto que também já foi aqui questionado, particularmente pela senhora deputada Fernanda Pacheco, nomeadamente em relação e ainda complementando a informação do Teatro Alves Coelho, a candidatura tal como na altura informei, foi submetida no dia 30 de Abril, tal como também foi submetida no dia 30 de Abril a candidatura para a valorização da Lomba do Canho, tal como também foi submetida, nessa mesma data, a candidatura para a valorização turística do património natural da Peneda da Talhada e submetemos também, no dia 30 de Abril, pese embora não seja um edificado da nossa responsabilidade, mas acerca do qual nos disponibilizámos perante o Governo para assumir a sua reabilitação se, e quando, houver uma candidatura aprovada, submetemos também uma candidatura para requalificação, modernização e ampliação da Escola Secundária de Arganil.-----



Assembleia Municipal

-----Relativamente à intervenção de Pomares, é uma intervenção que não está dependente de candidaturas, é um processo que está em fase já de consignação, que contamos iniciar muito em breve.-----

-----Quanto à co-gestão da Paisagem Protegida da Serra do Açor, é um processo que, como sabe, resulta de um processo de transferência de competências, também como reconheceu é um copo meio cheio meio vazio, ainda assim, reconheço que é um caminho importante naquilo que tem a ver com a gestão das paisagens protegidas. Teve ontem lugar a primeira reunião da Comissão de co-gestão, agora há um trabalho ainda muito significativo para fazer, nomeadamente de caracterização, de conjunto de elementos que vai ser necessário recolher, também no âmbito do Protocolo que foi celebrado. Estamos neste ponto a começar este novo caminho.-----

-----Para acabar de comentar a sua intervenção, permitam-me recorrer àquilo que disse o engenheiro Bruno Costa na intervenção que fez; de facto, o maior cego é aquele que não quer ver.-----

-----Relativamente à intervenção da senhora deputada Elisabete Oliveira, o nosso entendimento relativamente aos apoios às Associações teve a ver com o enfrentar uma circunstância imprevista e inesperada. É verdade que, do ponto de vista regulamentar, o Regulamento que todos os que aqui estão, ou agora ou no passado, aprovaram, considera critérios de apoio que têm muito a ver com aquilo que é feito, com o número de actividades, com o número de formandos, com o número de atletas; naturalmente que este período que atravessámos e que estamos a atravessar prejudica muito essa situação e a decisão que tomámos, em sede de reunião der Câmara, foi de adiantar o valor equivalente a 50% do apoio que tinha sido atribuído, no âmbito do Regulamento, em 2019. Em 2020 já foi atribuído com esta perspectiva, sem fazer análise de candidaturas, e em 2021 foi adiantado 50% do valor e entretanto, no terceiro trimestre, como é habitual, serão entregues os remanescentes 50%.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Nuno Espinal, devo dizer que há de facto aqui questões que me parece que são mais de percepção do que de razão. Falando em concreto da placa da localidade, a sua localização, por aquilo que recorro do Código da Estrada, tem a ver com a questão da velocidade; a partir do momento em que entro dentro de uma localidade, sou obrigado a cumprir a velocidade máxima de 50 km/hora; presumo que a localização da placa de localidade tenha a ver com essa circunstância mas também reconheço o sentimento das pessoas que aqui manifestou. Quanto à questão do muro, trata-se de um muro de estabilização da estrada, aquilo que a Infraestruturas de Portugal nos informa é que foi utilizada a solução que é adequada presentemente para este tipo de intervenção, ou seja, um muro em betão armado; ainda assim, no caminho que estamos a fazer com a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, há aqui algumas questões que podem ser resolvidas, desde logo o capeamento do muro com a pedra de granito, que a Infraestruturas de Portugal nos informou que na altura entregou no



## Assembleia Municipal

estaleiro da União das Freguesias; essa situação, e a pintura com outra cor, penso que poderão alterar um bocadinho aquela que é a percepção relativamente àquele elemento. Quanto à questão do passeio, da berma, da segurança, compreendo o sentimento das pessoas; aquilo que podemos sugerir à Infraestruturas de Portugal é que possa ser ali marcada uma linha contínua de outra cor, que possa sinalizar aquilo como zona pedonal que, do ponto de vista estritamente formal, pode não ter um valor muito rigoroso, mas já vi nalgumas zonas com as mesmas características e que são atravessadas particularmente pelos peregrinos a caminho de Fátima, e marcar uma linha azul muitas vezes induz alguma segurança e alguma cautela também por parte dos condutores. Queria, contudo, sublinhar uma coisa que é importante: a nossa perspectiva de colaboração com a Infraestruturas de Portugal tem sido absolutamente positiva; da parte da Infraestruturas de Portugal e devo reconhecer-lo, tem havido sempre uma colaboração extraordinária e estou certo que, em conjunto, haveremos de conseguir ultrapassar estes problemas.-----

-----Relativamente à intervenção da senhora deputada Sara Pedroso, efectivamente a revisão dos critérios, foi algo por que nos debatemos, porque percebemos claramente que eram bastante obtusos e que prejudicavam concelhos com as características demográficas que tem o nosso concelho. Eu não conseguia perceber, e transmiti-o formalmente ao Senhor Primeiro-Ministro, não conseguia perceber que 26 casos no nosso concelho, com 332 km<sup>2</sup>, tivesse exactamente a mesma gravidade que 1222 em Lisboa, com 100km<sup>2</sup> e com a densidade demográfica que todos reconhecemos, ou com Alcoutim, que, com 6 casos, em quase 600 km<sup>2</sup>, ficava numa situação igual, do ponto de vista do risco, da forma que ele estava desenhado. Felizmente, embora mais tarde do que seria desejável, porque o nosso concelho foi muito penalizado, foi muito prejudicado, desde logo do ponto de vista da reputação, por esta circunstância, que volto a dizer, não teve a ver com o risco, teve a ver com uma fotografia que foi construída, mas felizmente, mais tarde do que cedo, acabou por ser introduzido este mecanismo que, não dando totalmente resposta àquilo que tínhamos sugerido, mas vem no sentido daquilo que tínhamos apresentado e de certa forma até, exigido, por parte do Governo.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Manuel Augusto, eu julgava que não voltaríamos aqui a falar do abastecimento de água da sua zona residencial, uma vez que a intervenção está concluída; entretanto questionarei os serviços do que está a acontecer, embora à partida não veja nenhuma razão para isso se verificar. Não vou comentar os considerandos que fez relativamente às questões das actas, de estarem online, em relação à questão da transparência; dizer apenas que houve de facto um atraso muito grande com este processo das actas, mas entretanto, porque foram aprovadas recentemente, estão em condições de poderem ser disponibilizadas, como não podia deixar de ser. Relativamente à questão do terminal rodoviário versos oficinas da Câmara, na cave do edifício do Vale de Zebras, parece-me que deve haver alguma confusão, senhor deputado, porque as oficinas da Câmara estão onde sempre estiveram, já lá estavam em 2005; já



## Assembleia Municipal

estavam na cave do edifício de Vale de Zebras, não houve nenhuma alteração. Aquilo que o senhor deve estar a dizer, e foi isso que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal na altura referiu, relativamente a uma proposta que foi efectuada, é que o R/Chão não tinha condição estrutural para suportar particularmente o terminal rodoviário lá dentro; essa situação lembro-me ter sido discutida. Em relação às oficinas, estão onde estavam em Outubro de 2005 e aí não houve nenhuma alteração. Quanto ao edifício da Rodoviária da Beira Litoral, aquilo que conheço, e conheço de uma forma genérica, é que há muitos anos foi feita a privatização desta empresa. Foi feita a privatização, a primeira fase da privatização correu francamente mal, em 2002, 2003, a empresa que tinha ficado com a concessão estava com uma situação financeira muito complicada e surgiu então depois disso o grupo Transdev, que comprou várias concessões a esse anterior proprietário das mesmas. Aquilo que me é dado saber, é que os edifícios, nessa operação, que tinham sido privatizados, que se mantiveram na posse da empresa da primeira concessão. É essa informação que tenho; o senhor deputado fala aqui num Protocolo que eu desconheço na totalidade; se hipoteticamente puder contribuir para o localizar, também agradeço.-----

-----Relativamente à intervenção da senhora deputada Fernanda Pacheco, já falei do ponto da situação das candidaturas, quer do Teatro Alves Coelho, quer da Valorização do Acampamento Militar da Lomba do Canho.-----

-----Em relação à intervenção do senhor deputado Christophe Coimbra apenas reforçar que o Rali de Portugal é de facto o evento que maior projecção permite ao nosso concelho, quer projecção nacional, quer internacional. Também reconhecer aquilo que foi uma evolução brutal no comportamento do público, que e bem, não tem rigorosamente nada a ver com aquilo que acontecia há 20 anos. Para nós é motivo de grande regozijo quando constatamos que numa votação desencadeada pela Federação Internacional do Automóvel, Arganil e Fafe são votados como sendo os dois melhores troços do mundo, do WRC; isso para nós é também significativo, do ponto de vista da imagem que projectamos do território. Quero associar-me também àquilo que referiu em relação à intervenção na antiga escola primária de Folques; quero aproveitar esta oportunidade para sublinhar a perspectiva e ao mesmo tempo a capacidade para perceber que estava ali uma oportunidade e que foi uma oportunidade sinalizada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Folques, que percebeu, num determinado momento, que tinha ali o ambiente perfeito para potenciar uma actividade desportiva que é importante ou actividade de lazer também, e que tem estado em grande crescendo no nosso país. Perceber aquilo que é o potencial natural do nosso território, ao mesmo tempo o potencial humano, que também é fruto daquilo que são as nossas características orográficas; não tenho dúvidas que o André Rodrigues, se tivesse nascido e treinado em Coimbra, não seria o campeão que é hoje; é um campeão porque foi o nosso território e as nossas dificuldades que fabricaram aquele campeão. Mas queria voltar a felicitar o senhor Presidente da Junta de Folques por esta perspectiva e de no fundo ter permitido



Assembleia Municipal

montar estas sinergias entre a Junta, a Câmara e os atletas para, através da figura dos Contratos Programa, concretizarmos a refuncionalização da antiga escola primária de Folques.-----

-----Relativamente à intervenção da senhora deputada Maria José Silva, sublinhar que é motivo de satisfação os galardões que foram atribuídos. Aproveitava para destacar que Cascalheira, nas Secarias, para além da bandeira azul, também obteve a bandeira Ouro da Quercus; é um facto bastante importante para afirmação da rede de praias fluviais que temos no concelho. Relativamente à Mini-Hídrica do Vale das Botas, tenho informação oficiosa, não escrita, de que o requerimento do promotor, relativamente à suspensão da contagem do prazo, para a validade da declaração de impacte ambiental, que foi indeferido e confirmando-se esta informação, é uma boa informação, na medida em que coloca este processo num outro patamar, embora não definitivamente enterrado, mas numa situação diferente e mais confortável para o território.”-----

-----Teve novamente a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para dizer “Senhor Presidente, em relação às minhas intervenções, eu só venho lembrar o papel que desempenhamos todos aqui; e a mim cabe um papel que eu tenho assumido de uma forma convicta e que às vezes pode ser o papel do irritante, mas é assim. Eu tenho de falar das coisas que não correm totalmente bem; para vir falar do que corre bem ou do que o senhor faz ou que a Câmara consegue concretizar, o senhor tem muita gente e tem muitas formas de o fazer. Aliás, o senhor está no lugar que está, é pago para isso, não está obrigado, por isso é bom que as coisas aconteçam e que vão fazendo acontecer. Quanto à questão do não querer ver, eu quero ver e quero ver o concelho de Arganil florescer e avançar e essa é a grande resposta, a grande pergunta que se deve fazer no final do mandato; só vamos ter mais uma Assembleia Municipal e nessa altura é a pergunta a fazer: estamos melhor que em 2017? E isso serão os arganilenses a decidir e a definir. Em relação ao que falou das obras, na questão de S. Martinho, foi o senhor que disse, há um ano atrás, na sessão de Junho de 2020, que no Verão estaríamos a tomar banho na piscina em S. Martinho; eu espero bem que o Verão de 2021 não seja igual ao final do Verão de 2017 porque aí estaríamos outra vez na eminência de um barril de pólvora, que não queremos que aconteça.”-----

-----Teve novamente a palavra o senhor deputado **Manuel Augusto Rodrigues** para referir que “mais uma vez fiquei sem resposta em relação à minha questão, porque é que as posições dos vereadores da oposição, quando as votações não são unânimes, não são presentes nos documentos da Assembleia, para que todos os deputados tenham conhecimento do que se passou nas reuniões de Câmara.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Miguel Dias** para referir “duas preocupações e um pedido de ajuda; o primeiro, tem a ver com o telhado do pavilhão da Casa do



## Assembleia Municipal

Povo de Côja, que é uma instituição e uma instalação que serve a todo o concelho para actividades várias, nomeadamente ao Agrupamento de Escolas de Arganil, que faz lá as suas aulas de educação física; a Casa do Povo de Côja colabora com tudo o que é possível, mas não tem capacidade financeira para conseguir modificar aquele telhado que, como todos sabem, está carregadinho de amianto, com todos os problemas que isso pode trazer. Solicitei uma reunião ao Senhor Presidente da Câmara há algum tempo mas ainda não me responderam, no sentido de agilizar ou arranjarmos estratégias para que, em conjunto, possamos resolver esse problema.---  
-----O segundo ponto tem a ver com o pedido de apoio que a Casa do Povo fez já há algum tempo, no sentido de conseguirmos elaborar um Protocolo de cooperação desportiva; foi-me respondido por alguém do seu executivo que, ou eu não vi, ou a pessoa que respondeu não assinou, onde justifica a não elaboração desse protocolo connosco, porque a Casa do povo de Côja não é uma Associação Desportiva. A pessoa que respondeu isso não se informou convenientemente porque, por força dos nossos estatutos, no artigo 4º, diz que nós somos uma associação cultural, recreativa e desportiva; mais nos espantou porque houve outras associações na zona que nem sequer tendo a actividade que está inscrita no seu nome, receberam apoios financeiros bastante bons para essas actividades.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para “começar por dizer ao senhor deputado Miguel Pinheiro que eu tenho muita estima pelo seu papel irritante e o senhor sabe mesmo que o considero, porque regra geral, as suas intervenções são feitas com muita elevação e, independentemente de concordar com elas ou não, quando existe essa elevação, e quando se percebe que há uma lógica na forma como se dizem as coisas, posso não concordar mas respeito; tenho respeito por esse que designa papel irritante, que eu não acho que seja irritante, mas também não acho que o senhor se tenha que ficar por dizer mal, porque isso também é reduzir um bocadinho aquele que é o papel da Oposição. Nós sabemos que, regra geral, é muito mais fácil fazer oposição dizendo que está tudo mal; aliás, a antiga escola, aquilo que recomendava era dizer que estava tudo mal e votar contra tudo. Não estamos nesse ponto, mas acho que também já estamos na fase de poder dizer e reconhecer, quando as coisas correm bem, que correm mesmo bem, não é necessário andar à procura das coisas que não correm tão bem quanto isso. Em relação à pergunta se estamos melhor ou pior que em 2017, não tenho nenhuma dúvida e penso que os arganilenses também não têm nenhuma dúvida relativamente a esse balanço. Em relação à área de lazer de S. Martinho da Cortiça, não lhe posso dizer mais do que aquilo que disse há pouco; há coisas com as quais não conseguimos ou não podemos lidar, a velocidade destas intervenções têm a sua lógica, espero que esta intervenção seja concluída tão rapidamente quanto possível e desejavelmente antes de Outubro deste ano.-----

-----Relativamente ao apontamento do senhor deputado Manuel Augusto, as actas, do ponto de vista formal, têm duas modalidades: as actas ou deliberações em



## Assembleia Municipal

minuta, que são elaboradas no próprio dia, ou no dia seguinte à reunião, e que não integram aquilo que são as posições verbalizadas de quem quer que seja, quer seja pela oposição, quer seja pela situação, é mesmo assim; as decisões em minuta que são publicadas no dia seguinte naturalmente que não integram ainda as intervenções efectuadas. Reconhecendo que em alguns momentos terá havido algum atraso na elaboração das actas, também reconheço que é humanamente impensável que, desde quarta-feira até sábado, se exija ao funcionário que elabore a acta com todas as intervenções que aconteceram nessa mesma reunião. A justificação é só esta, não tem nada de mais, não há aqui nenhum “rabo de gato” escondido.-----

-----Em relação à intervenção do senhor deputado Miguel Dias, lembro-me que houve há tempos uma partilha ou um processo de parceria para algumas intervenções pontuais, que contaram também com a participação da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva e também do município; naturalmente que reconhecemos que se trata de um equipamento que está a precisar de intervenção, também por isso, quando foram publicadas as linhas de financiamento para a substituição de fibrocimento, particularmente nas escolas, tivemos a oportunidade de alertar que era conveniente que equipamentos com estas características, principalmente quando são utilizados também pelas escolas, porque estas não têm pavilhões, que deviam ter o mesmo enquadramento, e infelizmente isso ainda não foi possível, mas quero acreditar que haveremos de conseguir uma oportunidade para fazer alguma intervenção. Relativamente à questão do regulamento, naquilo que tem a ver com as actividades culturais e desportivas, é assunto que não estou em condição de lhe responder neste momento.”-----

## ORDEM DO DIA

-----**PRIMEIRO:** Apreciação e votação da **Acta nº 2**, realizada na Sessão Ordinária do dia **25 de Abril de 2021**.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 3 abstenções e 28 votos a favor, aprovar a acta nº 2, da sessão ordinária realizada no dia 25 de Abril de 2021.--

-----**SEGUNDO:** Apreciação e votação da proposta de **Autorização prévia da Assembleia Municipal para a realização da despesa plurianual relativa ao Contrato de Compra e Venda com Hipoteca a celebrar entre o Município de Arganil e a Lidl & Companhia**, de um prédio urbano sito no Sapatinho, na Vila de Arganil, com vista à instalação do Centro de Emprego e Formação Profissional, nos termos do disposto nos nº 1 e nº 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/ 99, de 8 de Junho (Repristinado - Resolução nº 86/2011, de 11 de Abril), conjugado com a alínea



Assembleia Municipal

c) do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).-----

-----Presente a informação técnica INF/DAGF/154/2021, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Considerando que:-----

- O Lidl & Companhia, pessoa coletiva 503 340 855 é único proprietário e legítimo possuidor do prédio urbano, sito em Sapatinho, Arganil, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Arganil sob o artigo 3173, destinado a comércio e serviços;-----
- O Município de Arganil pretende comprar o citado imóvel com vista à instalação do Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil;-----
- O preço acordado para a compra e venda do imóvel é de € 500.000,00 (quinhentos mil euros);-----

• As condições de pagamento do imóvel acordadas são as seguintes:-----

---a) 50% (cinquenta por cento) do preço, correspondente ao montante de € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros), será pago mensalmente durante um período de 48 (quarenta e oito) meses;-----

---b) o remanescente do preço, correspondente aos restantes 50% (cinquenta por cento), no montante de € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros), será pago no prazo de 30 (trinta) dias contados do término do período de 48 (quarenta e oito) meses previsto na alínea a);-----

---O referido contrato de compra e venda dará origem a despesa em mais de um ano económico e que o encargo do ano de 2025 excede o limite de 99.759,58€,-----

-----Torna-se necessária a autorização prévia da Assembleia Municipal para a realização da despesa plurianual, nos termos do disposto nos nº 1 e nº 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/ 99, de 8 de junho (Repristinado - Resolução nº 86/2011, de 11 de Abril), conjugado com a alínea c) do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).-----

-----Em conformidade com o atrás exposto, propõe-se a V. Exa. que a Câmara Municipal, no uso da competência conferida a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere submeter à Assembleia Municipal, a proposta de autorização prévia para a realização da seguinte despesa plurianual associada ao referido contrato de compra e venda:-----

-----Ano 2021 - 31.249,98€-----

-----Ano 2022 - 62.499,96€-----

-----Ano 2023 - 62.499,96€-----

-----Ano 2024 - 62.499,96€-----

-----Ano 2025 - 281.250,14€.-----

-----À Consideração Superior,-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “este processo num momento inicial estava em cima da mesa para ser tratado como um arrendamento com opção de compra ao fim de 4 anos, aquilo que depois considerámos, atendendo à articulação que estabelecemos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, particularmente com o Director Regional, foi que essa hipótese, do ponto de vista jurídico, não era suficientemente sólida para permitir que o Instituto de Emprego fizesse as intervenções com que se vai comprometer. O Instituto de Emprego, e o que consta do Contrato de Comodato, cuja minuta já teve aprovação por parte do Conselho Directivo do Instituto de Emprego, para além de intervenção no edificado existente, é a construção de um novo bloco e de um investimento estimado de 3 milhões de euros, para um processo que tem um prazo também considerado nessa minuta de Contrato de Comodato, de 2 anos. Compreende-se que exista esta reticência jurídica e nessa sequência, aquilo que depois estabelecemos na articulação com o Lidl, foi ao invés do arrendamento, concretizar então a aquisição do imóvel, com o pagamento do preço nas mesmas condições que aconteceria se fosse um arrendamento; pagamento mensal durante 4 anos num valor que penso que está fixado em 5 mil euros e o remanescente até ao final do quarto ano. Dizer também que este assunto vem à Assembleia Municipal porque há um impacto, do ponto de vista financeiro, para além do exercício económico.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para dizer que “queria perguntar porque é que é esta a distribuição dos pagamentos; com uma cadência de um determinado valor anual, 50% de uma forma bastante fraccionada e depois outros 50% do pagamento 30 dias após o último? Em relação ao acordo com o IEF, gostava que nos dissesse os termos, nomeadamente as questões relacionadas com rendas, com obras, com periodos de carência, e se calhar o aspecto mais importante disto tudo, a Quinta do Mosteiro, que consequências tem depois a deslocalização para aqui para Arganil, com o futuro e o presente da Quinta do Mosteiro, porque o passado já sabemos da recorrência do não pagamento da renda dos 8 mil euros, que praticamente nunca foi paga, desde 2011 julgo eu.”-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** explicou que “quanto à questão da metodologia de pagamento, de certa forma, aquilo que seria desejável, era pagarmos o preço que é o preço que resulta do valor suportado pelo Relatório elaborado pelo perito num periodo tão dilatado quanto possível; se fosse possível em 20 anos, era ideal. O que fizemos para não complicar mais o processo, havia uma perspectiva, num primeiro momento, que tinha a ver com o seguinte: uma perspectiva de mitigação de risco, vamos fazer um arrendamento durante 4 anos, com uma renda que estava pré formatada, se alguma coisa correr mal com o Instituto de Emprego, temos duas opções: ou se deixa cair o arrendamento e o imóvel volta à esfera do proprietário, ou então concretiza-se a aquisição com opção de compra pelo valor diferencial. Esse foi o ponto de partida deste processo. Felizmente que entretanto, das conversações que foram sendo estabelecidas com o Instituto de Emprego, que



## Assembleia Municipal

foi possível criar uma solução inequívoca relativamente àquilo que é o investimento que o Instituto de Emprego vai concretizar. O risco que tínhamos em mente no início do processo quando falávamos de arrendamento, fica minimizado, não tenho razões para deixar de acreditar que o Instituto de Emprego efectivamente vai fazer aquele investimento. é bom que todos tenhamos noção de que é um investimento muito importante para consolidar a centralidade do nosso concelho, particularmente na formação profissional; tem existido alguma “concorrência” por parte de outros municípios que gostariam de ter a sede deste serviço no seu território, e eu lembro que Arganil é sede do Centro de Emprego e Formação do Pinhal Interior Norte, tem uma abrangência sobre 14 concelhos e isso é um activo que nós não queremos perder e este investimento é crucial, principalmente para podermos afirmar para o concelho poder afirmar a formação profissional e para o Instituto de Emprego, através do Centro de Formação, conseguir ministrar formação profissional, que hoje não tem condições para assegurar. Quando evoluímos para a questão da aquisição, que é a solução que dá segurança a quem vai fazer o investimento, naturalmente que tentámos não mexer muito no assunto, e mantiveram-se basicamente as mesmas condições que existiriam para o arrendamento. Se em 4 anos o município tiver capacidade para antecipar o pagamento do valor, isso não constitui nenhum problema, mas ainda assim, entendemos que é uma solução equilibrada. Relativamente a rendas e a períodos de carência, acho que não vale a pena enganarmo-nos uns aos outros; se quisermos montar um processo como aquele que foi possível montar para a Quinta do Mosteiro, vamos todos andar a perder tempo com isso e vamos estar a enganar-nos a nós próprios, não há condição para termos aqui um pagamento de renda; aquilo que fica expresso é que estamos a falar de um Contrato de Comodato e um dia, se aquela actividade ali deixar de funcionar, o edifício voltará ao município, sem nunca deixar de ser sua propriedade, inclusivamente em relação às benfeitorias que vão ser realizadas. É esta a situação. Em relação à obra, falei disso há pouco, é uma estimativa de investimento de 3 milhões de euros, com um prazo de execução previsto na minuta do Contrato de Comodato de 2 anos. Em relação à Quinta do Mosteiro, partilho das mesmas preocupações que aqui expressou; nós não podemos ter aquele edifício sem utilização um dia que seja, agora o trabalho que temos que fazer em dois anos, é encontrar uma solução sólida para pegar naquele património com outra perspectiva, sabendo nós qual é que é e penso que não haverá opiniões muito divergentes relativamente a esta matéria, presumo, pelo que tenho ouvido à generalidade das pessoas, que faz sentido que aquela estrutura esteja direccionada para a área turística, mas também a conjuntura que atravessamos colocou um travão muito grande nos operadores turísticos. Temos dois anos para encontrar uma solução para a Quinta do Mosteiro, dentro daquilo que é o caminho que estamos a fazer.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Elisabete Oliveira** para referir que “quer através da intervenção do deputado Miguel Pinheiro, quer através da resposta do Senhor Presidente da Câmara, parece-me que em relação a este assunto o



## Assembleia Municipal

essencial está dito e esclarecido. No entanto, não podia deixar de assumir aqui, em nome da bancada do PSD, a nossa posição da importância deste investimento no concelho, da importância estratégica que já foi referida, de posicionamento do concelho e também da dinâmica que identificamos que aquele edifício ser utilizado para os fins que aqui é proposto pode trazer ao centro da vila. Fala-se hoje aqui de papéis, o papel da bancada social-democrata é trabalhar em conjunto e em colaboração com o executivo, mas quero reforçar uma coisa que me parece importante: isso não nos tirará nunca a lucidez nem a capacidade de fazer críticas construtivas, quando assim justificar; temos é que ser sérios, quer na oposição, quer no papel que assumimos. Hoje cabe-nos fazer a identificação de mais uma vez ter havido a capacidade do executivo, como já foi referido aqui em relação ao Teatro, tem existido uma coisa que é cada vez mais importante, esta capacidade de criar sinergias e parcerias estratégicas, que permitem que investimentos tão importantes como este sejam feitos no concelho de Arganil, a propósito de futuro e a propósito do que queremos para o futuro; parece-me que é assim que construímos o futuro deste concelho.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Folques** para dizer “aproveito para falar num assunto que devia ter falado anteriormente; agradecer as palavras do senhor deputado Christophe Coimbra, acerca do projecto que houve na freguesia de Folques, da requalificação da antiga escola primária. Como Presidente não posso deixar de referir que este não é um trabalho do Presidente, é um trabalho do executivo e das parcerias que têm vindo a decorrer na freguesia de Folques com o município de Arganil. Quero chamar a atenção também além do André Rodrigues, com os jovens que conheci através dele, que são do vizinho concelho de Tábua e que vêm fazer todo este trabalho no concelho de Arganil.

-----Em relação à Quinta do Mosteiro, queria falar de uma preocupação e tem sido uma preocupação constante da freguesia de Folques, questionar o Senhor Presidente acerca do futuro da Quinta do Mosteiro. Falo em Quinta, porque nós falamos sempre sobre o edifício; efectivamente temos um problema e temos dois anos para o resolver mas temos também eu como presidente da Junta de Freguesia de Folques, tenho que falar aqui da outra parte da Quinta do Mosteiro, acho que tem sido feito um trabalho notável naquilo que se está lá a passar. Neste momento quem lá passar vê toda aquela parte de exploração agrícola que é um trabalho notável e é uma mais-valia para a freguesia e para o concelho e não nos podemos esquecer da intervenção que vai ser feita para a Associação Floresta Serra do Açor e toda aquela parte florestal da Quinta do Mosteiro. Acreditem que estas duas situações vão ajudar a resolver o problema da quinta. Também não posso deixar de realçar que além desta parte agrícola, foi feito um leilão para se alugarem os terrenos e neste momento está já constituída uma empresa que vai proporcionar, também nos terrenos da quinta, o Paintball; está a ser feito neste momento o campo. Tudo isto vem ajudar a que se possa resolver o problema da Quinta do Mosteiro; nunca



Assembleia Municipal

ninguém normalmente fala nisto, acho que é minha obrigação abordar o assunto nesta Assembleia.”-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que “quero sublinhar um facto que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Folques referiu: a Quinta do Mosteiro é um património muito mais amplo do que o seu edificado e para além da componente agrícola que foi aqui referenciada, há a componente florestal atreves da Floresta da Serra do Açor, em que aquela área está integrada nessa intervenção, e por isso temos confiança e segurança relativamente a investimento que vai ser concretizado na rearborização durante os próximos anos.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/154/2021, nos termos do disposto nos nº 1 e nº 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/ 99, de 8 de Junho (Repristinado - Resolução nº 86/2011, de 11 de Abril), conjugado com a alínea c) do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), autorizar a seguinte despesa plurianual associada ao referido contrato de compra e venda:-----

-----Ano 2021 - 31.249,98€-----

-----Ano 2022 - 62.499,96€-----

-----Ano 2023 - 62.499,96€-----

-----Ano 2024 - 62.499,96€-----

-----Ano 2025 - 281.250,14€-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**TERCEIRO:** Apreciação e votação da proposta de nova **Minuta do Acordo de Financiamento das actividades exercidas ao abrigo do Contrato Interadministrativo de Delegação das Competências do Município de Arganil na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros**, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), estabelecido pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua actual redação.-----

-----Presente a nova Minuta do Acordo de Financiamento das actividades exercidas ao abrigo do Contrato Interadministrativo de Delegação das Competências do Município de Arganil na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----Presente ainda a informação técnica INF/DAGF/165/2021, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Como é do conhecimento de V. Exa., a Assembleia Municipal de Arganil, em sessão ordinária realizada em 07 de dezembro de 2019, deliberou, por proposta da Câmara Municipal de 03 de dezembro de 2019, aprovar a minuta do acordo a celebrar



Assembleia Municipal

com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM RC), para financiamento das atividades exercidas ao abrigo do Contrato Interadministrativo de Delegação das Competências do Município de Arganil enquanto autoridade de transportes do serviço público de transportes de passageiros municipal.-----

-----A minuta do Acordo de Financiamento acompanhou o pedido de parecer prévio e vinculativo solicitado pela CIM RC à Autoridade da Mobilidade e Transportes (AMT) sobre as peças procedimentais relativas ao procedimento de seleção de operador para o serviço público de transporte de passageiros por modo rodoviário da CIM RC, efetuado no final de 2019.-----

-----No entanto, considerando que:-----

- na sequência do pedido de parecer prévio e vinculativo solicitado pela CIM RC à AMT do qual resultou um conjunto alargado de pedidos de esclarecimentos por parte daquela Autoridade, foram estabelecidas várias iterações com a AMT por forma a ser obtido o parecer favorável da AMT, o que veio a ocorrer em abril de 2021;-----

- no decorrer deste período foram também suscitadas algumas questões pelos municípios da CIM RC que foi necessário acautelar,-----

-----verificou-se ser necessário proceder à revisão das peças procedimentais, incluindo a revisão do modelo financeiro associado ao procedimento concursal de seleção de operador para o serviço público de transporte de passageiros por modo rodoviário da CIM Região de Coimbra.-----

-----Dessa revisão resultou também uma nova minuta do Acordo de Financiamento a celebrar com os municípios com os quais a CIM RC procedeu à celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências, que substitui a versão aprovada em 2019, e que foi aprovada na reunião do Conselho Intermunicipal realizada no dia 20 de maio de 2021.-----

-----Em conformidade com o atrás exposto, submete-se à consideração de V. Exa. a apresentação de proposta à Câmara Municipal, no sentido desta propor à Assembleia Municipal que, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea k) do nº 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), estabelecido pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, delibere aprovar a nova minuta do acordo de financiamento das atividades exercidas ao abrigo do Contratos Interadministrativo de Delegação das Competências do Município de Arganil enquanto autoridade de transportes, que se anexa à presente informação.-----

-----Mais se submete à consideração de V. Exa. a apresentação de proposta à Câmara Municipal, no sentido de propor à Assembleia Municipal a aprovação de autorização prévia para a realização da seguinte despesa plurianual, nos termos do disposto no artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/ 99, de 8 de junho (Repristinado - Resolução nº 86/2011, de 11 de Abril), conjugado com a alínea c) do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA):-----



Assembleia Municipal

- Ano 2022 - 116.764,57€;-----
- Ano 2023 - 233.529,14€;-----
- Ano 2024 - 233.529,14€;-----
- Ano 2025 - 233.529,14€;-----
- Ano 2026 - 233.529,14€;-----
- Ano 2027 - 233.529,14€;-----
- Ano 2028 - 233.529,14€;-----
- Ano 2029 - 116.764,57€;-----

-----À Consideração Superior,-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “este processo surge na sequência da delegação de competências que fizemos na CIM relativamente à questão dos transportes; há aqui subjacente um processo de contratação de rede de transportes que vai ser centralizado na CIM, para todos os municípios, com excepção do município de Coimbra, com impacto financeiro em vários exercícios económicos e é essa a principal razão de carecer de decisão por parte da Assembleia Municipal.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para “perguntar, até por os valores serem diferentes do que actualmente a Câmara gasta nos transportes, se estão incluídas e salvaguardadas as questões todas dos transportes escolares do município de Arganil.”-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** explicou que “tudo aquilo que tem a ver com transportes está incluído neste processo. Vale a pena sublinhar que o transporte dos estudantes está incluído na rede de transportes públicos, é a componente mais importante da nossa rede de transportes.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/165/2021, o seguinte:-----

-----Aprovar a nova Minuta do Acordo de Financiamento das actividades exercidas ao abrigo do Contratos Interadministrativo de Delegação das Competências do Município de Arganil enquanto autoridade de transportes, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), estabelecido pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua actual redação.-----

-----Autorizar, nos termos do disposto no artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/ 99, de 8 de Junho (Repristinado - Resolução nº 86/2011, de 11 de Abril), conjugado com a alínea c) do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a realização da seguinte despesa plurianual:-----

- Ano 2022 - 116.764,57€;-----
- Ano 2023 - 233.529,14€;-----
- Ano 2024 - 233.529,14€;-----
- Ano 2025 - 233.529,14€;-----
- Ano 2026 - 233.529,14€;-----



Assembleia Municipal

- Ano 2027 - 233.529,14€;-----
- Ano 2028 - 233.529,14€;-----
- Ano 2029 - 116.764,57€.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**O Senhor Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita e o Senhor Deputado Miguel Dias saíram da sala de reuniões, deixando de participar nos trabalhos.--**

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos quarto e quinto fossem apreciados em conjunto, tendo todos os presentes concordado com a proposta.**-----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** para fazer a apresentação dos documentos de Prestação de Contas e da aplicação do resultado líquido do exercício relativo ao ano de 2020;-----

-----“Irei fazer uma apresentação tão sintética quanto possível dos principais aspectos da Prestação de Contas, num modelo não muito divergente do que já fiz em anos anteriores. Alertar que este é o primeiro processo de Prestação de Contas abrangido pelo novo sistema de normalização contabilística para a Administração Pública que veio fazer a aproximação da contabilidade pública àquilo que já é praticado há alguns anos no sector empresarial e fruto dessa circunstância este exercício e este processo de Prestação de Contas foi particularmente exigente.-----

-----Um indicador que é crítico, e é crítico porque os Recursos Humanos são um aspecto essencial para o funcionamento da máquina autárquica, o indicador do número de colaboradores, no ano de 2020 terminou com 213 trabalhadores, com 2 prestadores de serviço, uma taxa de absentismo superior a 14% e constatamos também que, depois de no início do século, de ter sido adoptada a contratação na Administração Pública ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social, constatamos que actualmente cerca de metade dos funcionários estão no regime da Caixa Geral de Aposentações e a outra metade no regime da Segurança Social. Fruto da pandemia houve exigências acrescidas no ano de 2020, materializadas, desde logo, no numero de trabalhadores em regime de teletrabalho e/ou com horários adaptados, com um investimento significativo em equipamentos de proteção individual e colectivos, num valor superior a 116 mil euros.-----

-----Passando à questão financeira, fechamos o ano de 2020 com receita executada no valor de sensivelmente 18 milhões de euros e despesa executada no valor de 17.675.000,00€. Este gráfico demonstra a evolução da receita cobrada nos últimos 4 anos; fica aqui destacado que, como tínhamos dito, 2019 tinha sido um ano excepcional do ponto de vista de volume de receitas captadas; ainda assim o ano de 2020 regista um comportamento muito significativo, sendo em toda a história do



Assembleia Municipal

município, o segundo ano com maior volume de receitas. Estas receitas têm reflexo naquilo que é a execução do ponto de vista do investimento.-----  
-----Falar também da evolução deste indicador, da cobrança de IMI, que está neste momento com um comportamento regular, que tem a ver desde logo, com a consequência do enquadramento em termos da avaliação de imóveis no ano de 2012, em que ficaram todos os imóveis na mesma situação; haverá aqui alguma regularidade na receita de IMI, com tendência para decrescer, uma vez que há um índice que contribui para o valor patrimonial tributário, aquele índice relacionado com a idade do prédio; tendencialmente deverá haver alguma redução de IMI. Porventura o que regista principal curiosidade é o comportamento ao nível do IMT, que tem aqui um acréscimo ainda significativo em 2020, o que demonstra alguma actividade e alguma pujança no sector imobiliário, particularmente naquilo que tem a ver com a alienação de imóveis.-----  
-----Aqui está o resumo da nossa situação ao nível do endividamento bancário, no final de 2019 ultrapassava um milhão e meio de euros, no final de 2020 o endividamento bancário ultrapassou os 3.180.000,00€.-----  
-----Este gráfico demonstra a evolução da despesa paga, como disse há pouco, a despesa deve acompanhar aquilo que é a execução da receita, quando assim não é ou há uma baixa execução ou há geração de nova dívida, que é um caminho que não é desejável nem deve acontecer.-----  
-----Este gráfico compara aquilo que são as várias fases da despesa entre despesa orçamentada, comprometida, realizada e despesa paga.-----  
-----Realçar o decréscimo de 5,2% nas despesas correntes pagas e o decréscimo de 6,1% nas despesas de capital.-----  
-----O que fica demonstrado nestes indicadores é que o pessoal naquilo que tem a ver com a despesa corrente, tem um peso significativo que se tem mantido com alguma regularidade.-----  
-----Esta tabela sintetiza aquilo que é o saldo orçamental, as várias categorias de receitas e despesas, sendo que há aqui um aspecto que me permite realçar, desde logo, foi possível transferir excedente decorrente da receita corrente para despesa de capital. Esta prática é de salutar.-----  
-----Já tinha falado da consequência da implementação do sistema de normalização contabilística da Administração Pública; quero dizer que foi um processo muito exigente, do ponto de vista técnico, e não posso deixar, tal como já fiz em sede de reunião de Câmara, de reconhecer o papel que algumas colaboradoras assumiram neste processo, que foi essencial e crucial para estarmos aqui hoje, particularmente a Dr.<sup>a</sup> Paula Duarte e a Dr.<sup>a</sup> Lúcia Coimbra.-----  
-----Ao nível do balanço, fechamos o ano com um activo superior a 60 milhões de euros, o passivo de cerca de 7 milhões de euros; resulta aqui um diferencial de património líquido de 53 milhões de euros. O resultado líquido foi negativo, no valor de 237 mil euros; é um indicador, como tenho dito, no caso da Administração Pública, que tem uma importância muito, muito relativa.-----



Assembleia Municipal

-----Esta tabela demonstra aquilo que é a margem ainda disponível para endividamento, estamos numa situação financeira confortável. Aqui o que vemos é na óptica da contabilidade de gestão, a repartição das rubricas que é possível especializar, aquilo que mais uma vez constatamos é que as funções sociais absorvem um volume de meios muito significativo, é esta a rubrica que representa maior expressividade com um valor de quase 7 milhões de euros.-----  
-----Aqui é a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, que do ponto de vista legal, deve ser transferido para a conta de resultados transitados.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para referir que “a minha intervenção é muito breve e é apenas para justificar a minha abstenção na votação; acho que o devo fazer, é um imperativo de que não abduco. Tal como a piscina de S. Martinho, também não aconteceu que conseguisse mergulhar neste documento, pois só nos foi disponibilizado na quarta-feira e, objectivamente, não tive oportunidade de o fazer. De qualquer das formas, reparo que é um documento apresentado de forma diferente, muito mais denso, numa linguagem se calhar quase encriptada, e não é de impossível comparação com a estrutura apresentada nos outros anos, mas difere. Contudo, consigo, ainda assim, na diagonal e tentando ir às questões mais evidentes a um leigo e que façam algum sond-bite para a oposição, esta questão de reparar que há um aumento da dívida, há um aumento da dívida a fornecedores, há uma descida significativa do saldo que transita em relação ao que transitou em 2019, e acredito que a taxa de execução também se situa nestes valores, decorrente de uma prática que se compreende das sucessivas alterações orçamentais, julgo que durante o ano foram 17 ou 18; a cada dois meses 3 alterações orçamentais. Não sou alheio ao facto de 2020 ter sido um ano atípico, um ano que servirá de referência como esperemos não como ponto de inflexão para uma vida diferente, mas uma referência para uma circunstância que não queremos que se repita. E a questão pandémica teve e terá influência nas expectativas e na execução prática das previsões feitas em 2019. Julgo que é importante neste momento que se a pandemia e até os incêndios de 2017, se afectaram de forma indelével o mandato, como o Senhor Presidente falou há pouco, o mandato mais difícil dos últimos 50 anos, é verdade, foi um mandato muito difícil, mas por outro lado, na sequência dessas ocorrências, foram disponibilizadas, criadas, e evidentes, sinergias, disponibilidades, celeridades, e sobretudo verbas e potencial investimento, como nunca aconteceu nos últimos anos, de uma forma tão rápida. E o que falou há bocado, da celeridade da Galeria da Fonte de Amandos, não existia se não estivéssemos na circunstância em que estamos. O sucesso do aproveitamento dessas questões não se mede só na variação em alta das participações às candidaturas que a Câmara fez; esse é um ganho, mas não é o ganho mais importante; o ganho mais importante, como há pouco o Senhor Presidente estava a falar, e aproveitando uma tirada do engenheiro Bruno Costa, de que o pior cego é o que não quer ver, é verdade, esse é um dito muito interessante, mas neste caso esta é a altura de perceber se temos vistas curtas ou vistas largas e se estes investimentos nos contentamos pela sua execução



Assembleia Municipal

pura e simples, ou se são investimentos que têm replicação concreta e evidente na qualidade de vida das pessoas. No que diz respeito por exemplo a uma fatia fundamental do Orçamento de 2020 e de 2021, no caso da Relvinha, estamos num momento chave; julgo até que já foi a reunião de Câmara a questão da alienação dos lotes e podia ser uma boa altura do Senhor Presidente actualizar esta questão, para sabermos quantos lotes vão ser alienados, quando e de que forma. Ao mesmo tempo, não revelando porque estas questões também têm algum recato e alguma discricção que eu compreendo, se podemos ter boas noticias quando estivermos a discutir, de hoje a um ano, o orçamento de 2021, se já poderemos falar deste investimento como promotor de emprego e promotor de fixação de empresas. A outra escala, a referência que temos de capacidade de atracção de investimento de novas formas de fazer economia, economia ligada às questões locais, à inovação, à energia, à floresta, que estavam subjacentes por exemplo ao investimento feito no Centro Tecnológico, vemos hoje que não foram cumpridos. A capacidade de incubação de inquietação económico-social a que aquele Centro Tecnológico se propunha, e para o qual foi generosamente apoiado, hoje vemos que funciona pouco mais do que uma fonte de concorrência imobiliária com outros espaços na vila de Arganil. Vamos ter só mais uma sessão da Assembleia Municipal, esta é a penúltima, a próxima no final do mandato, julgo que será o ponto onde devemos fazer o balanço não só de 2020 e 2021 mas desde 2017, percebermos mais uma vez a pergunta estamos melhor, somos mais, somos menos, vivemos melhor, quem vive em Arganil e quem gosta de Arganil e que percepção tem. Mais uma vez lamento não ter tido tempo nem forma de mergulhar mais a fundo neste documento; espero que para o ano tenha que o fazer por imperativo de novas funções, até na sua elaboração, mas por essa razão e obviamente não votámos contra o Orçamento porque não era a nossa estratégia, não irei votar contra esta Prestação de Contas, irei abster-me.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para agradecer ao Senhor Presidente da Câmara “pela apresentação que partilhou connosco. Facilita imenso a interpretação destes documentos.-----

-----A documentação distribuída acerca deste ponto é necessariamente extensa pela quantidade de informação que nos têm que apresentar. Obviamente que não irei fazer uma análise detalhada ao seu conteúdo, mas ainda assim, há alguns pontos que gostaria de referir por os achar de maior relevância. Para tal faço apenas duas notas prévias:-----

-----A metodologia contabilística utilizada. Esta nova metodologia visa, para além de outros objectivos, a melhoria da transparência das contas públicas. Quando o que está em análise é a gestão de dinheiros públicos. Transparência é mais que uma necessidade, transparência é uma obrigação. Tal metodologia gera documentos com muita informação, é um facto, mas é essa informação e a sua divulgação que permite atestar a real situação do nosso município.-----



Assembleia Municipal

-----O ano de 2020 é um ano que fica marcado pela pandemia que nos assola. Estas contas foram executadas neste contexto, é bom lembrar. É possível perceber que a mesma teve impacto em vários níveis de actividade do nosso município.-----

-----Centro-me agora na prestação de contas que hoje votamos, de forma mais concreta.-----

-----A execução orçamental de 2020 tinha a difícil tarefa de se seguir a um 2019 onde foram batidos todos os recordes de receita e despesa marcando novos máximos históricos. É possível perceber agora que o excelente trabalho realizado em 2019 por este executivo não serviu para criar a ideia que o trabalho estava feito. Em 2020, com valores de receita e despesa que se aproximam muito dos 18 milhões de euros, este executivo investiu no nosso território os segundos valores mais elevados alguma vez registados. Com taxas de execução de cerca de 80% ao nível da receita e da despesa, recordemo-nos, isto em contexto de pandemia, fica demonstrada a capacidade para executar o previsto em sede de orçamento.-----

-----No que diz respeito ao endividamento bancário, assistimos a uma duplicação do capital em dívida muito por conta da contratação do empréstimo de 2,5 milhões de euros para aplicação em projectos sem comparticipação dos fundos europeus estruturais e de investimento. Esta é naturalmente a contrapartida da necessidade de realizar obra que os fundos comunitários não enquadram. Ainda assim, acerca deste ponto é necessário referir-se o seguinte: por um lado, a significativa amortização realizada ao financiamento de saneamento financeiro de cerca de 456 mil euros. Por outro, o valor em conta corrente para com os fornecedores do Município, que continua a registar valores relativamente baixos, demonstrando que este executivo continua a fazer a leitura que a origem dos seus financiamentos não deve ser essa. E ainda, e talvez o mais importante, utilizar os dados que nos são facultados no apuramento da capacidade de endividamento. Este município dispõe de uma margem para endividamento de mais de 10 milhões de euros de acordo com os critérios legais actualmente em vigor. Quando relacionamos a dívida total existente com a média da receita cobrada anualmente, percebemos que a dívida assume valores relativos baixos. O rigor na gestão financeira continua a existir na liderança deste município e endividamento excessivo não é uma ameaça real.-----

-----Não sendo eu contabilista nem economista, sou um Engenheiro que, por força da necessidade, tive que ganhar algumas noções de contabilidade e indicadores financeiros é algo com que lido frequentemente e permitam-me partilhar convosco caros colegas, que os indicadores financeiros que o nosso município apresenta, se de uma PME se tratasse, arrisco-me a dizer que poderia ser reconhecida como PME Excelência.-----

-----Entendo ajustado também fazer uma breve referência ao peso que as funções sociais ocupam na análise de custos por função. São significado inequívoco da continuada preocupação em servir e apoiar os nossos cidadãos em todas as suas necessidades.-----



Assembleia Municipal

-----No que ao resultado do exercício diz respeito, aprez-me dizer o seguinte: Não estamos no direito privado, e o município não tem como objectivo procurar o superavit das suas contas. Deverá ter sempre como objectivo a maximização da qualidade de vida dos seus munícipes não a maximização da positividade dos seus resultados. Os cerca de 237 mil euros de resultado negativo apresentados têm neste contexto um valor simbólico que é necessariamente relativizado. A propósito disto, acho pertinente a seguinte análise: de acordo com o mapa de transferências do orçamento do estado de 2021, e se o analisei devidamente, Arganil teria direito a receber cerca de 256 mil euros pelos 5% do IRS a que tem direito. Estes 256 mil euros permitiram anular os resultados negativos deste exercício e colocar o exercício com sinal +. Mas isto a troco do quê? Da redução do rendimento disponível dos Arganilenses. O Senhor Presidente e o seu executivo entendem que não é esse o caminho e quanto a mim muito bem. Para que se perceba, e isto está também demonstrado no mapa de transferências do orçamento de estado, Arganil foi o único concelho do distrito que pediu “zero” % do IRS aos seus munícipes.-----

-----Em resumo digo que assente numa linha de continuidade da política iniciada em 2017, este executivo tem vindo a executar orçamentos recorde, realizando o mandato com mais investimento público de que há memória em Arganil, com o objectivo principal de tornar este território mais atractivo, tanto para os que cá habitam, como para os que pretendam vir a fazê-lo de futuro, quer sejam pessoas ou empresas. Mantendo princípios de transparência e rigor financeiro, que aqui são documentalmente comprovados, esta gestão soube fazer um esforço no presente sem descorar nem penhorar o futuro. Porque falamos de números, termino dizendo que estes números necessitam de continuidade e que, para essa continuidade, ninguém melhor que este executivo. Senhor Presidente, conte comigo para me debater para que isso seja uma realidade. Obrigado.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “nunca escondi que 2019 foi o exercício com grande execução, sendo essa execução bastante alavancada por aquilo que foi a reposição dos equipamentos e infra-estruturas públicas destruídos pelos incêndios no âmbito do Fundo de Solidariedade da União Europeia. Parece que isso é quase um pecado ou um problema, termos feito essa grande execução por causa de termos tido esse apoio, mas quero lembrar que éramos o segundo município com maior despesa elegível e fomos o primeiro em volume de despesa executada, neste âmbito. Também me parece que não terá sido por acaso, nem foi só pelos prejuízos que tivemos. Relativamente à Relvinha, aproveitar para actualizar a informação; tenho bem noção do caminho que temos que fazer; vale a pena também dizer que, do ponto de vista formal, estamos neste momento e naquilo que tem a ver com a possibilidade de começarmos a alienar os lotes, estamos neste momento num processo recente, foi recentemente que ocorreu, por parte do tribunal, a adjudicação de 49 prédios, que não tinha sido possível comprar por via do direito privado, porque ou os proprietários não concordavam com o valor ou porque pura e simplesmente não foi possível encontrar ou chegar à fala



Assembleia Municipal

com os proprietários, notificar; relativamente a esses 49 prédios houve um processo administrativo e judicial que esteve a decorrer, passou por uma fase de arbitragem, com o envio desses relatórios de arbitragem ao Tribunal, com o confirmativo do pagamento do diferencial entre aquilo que tinha sido o valor aprovado pela Câmara na sequência do Relatório pericial inicial. Esse reforço teve que ser depositado à ordem do tribunal. Neste momento, dessas 49 parcelas, falta que o Tribunal adjudique apenas a última e já fomos notificados relativamente à adjudicação das remanescentes 48 parcelas. Isto significa que esta adjudicação é um passo que não é essencial para o decurso da empreitada porque aconteceu a posse administrativa dos prédios, mas é essencial para a constituição do loteamento. Logo que chegue o despacho judicial de adjudicação da 49ª parcela, ficaremos em condições de constituir o loteamento e aí sim, passar à fase seguinte que acreditamos vai acontecer e devo dizer que temos pese embora o processo ainda esteja na fase em que se encontra, temos recebido algumas manifestações de interesse e temos bastante expectativa relativamente àquele processo.-----

-----Relativamente ao outro equipamento que referiu, devo dizer que há duas formas como referi há pouco, de ver as coisas, ou vemos o copo meio cheio ou meio vazio e compreendo o seu papel, que estando na Oposição, o vê meio vazio, nós temos uma outra perspectiva que é de o ver meio cheio e o Centro empresarial já catapultou algumas iniciativas, curiosamente uma das PME Excelência deste ano até se sediou lá e foi lá que iniciou a actividade; depois acontecem estas curiosidades, ou seja, nem tudo corre mal. Para além disso há outro processo que o próprio Ministério da Coesão tem vindo a trilhar e com o qual estamos alinhados, que é a criação de uma rede de coworking, nomeadamente nas regiões do interior, e estamos inseridos nesse processo, com a possibilidade de ampliar ainda mais esta resposta que vai ter uma procura previsivelmente crescente.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Christophe Coimbra agradecer as palavras que deixou e sublinhar um aspecto que referenciou, nomeadamente a importância ou a falta dela, naquilo que tem a ver com indicadores como sejam os resultados líquidos numa entidade pública; costumo dizer que se fosse para dar lucro então que estivesse no sector privado, não era necessário estar no sector público; aquilo que temos que ter em consideração é o equilíbrio entre os recursos que temos e a despesa que fazemos, mas não necessariamente trilhar o lucro que seria até fácil de obter como demonstrou, recebendo os 5% do IRS a que o município teria direito, mas que entendemos que deveriam retomar o bolso de quem os tinha pago.”-----

-----**QUARTO:** Apreciação e votação dos **documentos de Prestação de Contas, relativos ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2020**, nos termos da alínea i) do nº 1 do art. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Presente um exemplar dos documentos de Prestação de Contas em apreço, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e que vai ser arquivado na Secção Financeira.-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 23 votos a favor, e 5 abstenções, aprovar os documentos de Prestação de Contas, relativos ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2020, nos termos da alínea i) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**QUINTO:** Apreciação e votação da proposta da **aplicação do resultado líquido do exercício relativo ao ano de 2020**.-----

-----Analisada que foi a proposta em apreço, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 23 votos a favor e 5 abstenções, aprová-la.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SEXTO:** Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação, da **proposta de Alteração Orçamental Modificativa – Revisão nº 2/2021**.-----

-----Presente a informação técnica INF/DAGF/173/2020, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----A presente Revisão ao Orçamento Municipal, efetuada de acordo com a NCP 26-Contabilidade e Relato Orçamental do Sistema de Normalização Contabilístico das Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com as alteração introduzidas pelo Decreto Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, e os pontos 8.3.1. do Plano Oficial de Contabilidade das autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação.-----

-----A revisão consubstancia-se nos mapas que integram a presente informação, e tem por base o seguinte:-----

-----Receita-----

- Alteração da taxa de cofinanciamento para 100%, em alguns pedidos de pagamento, referentes às candidaturas da Requalificação do espaço urbano público - Vila de Arganil, Reabilitação e Ampliação da Escola do 1.º CEB e Jardim de Infância do Sarzedo e Ampliação do Pólo Industrial da Relvinha Oeste e Qualificação do Pólo Industrial da Relvinha Este;-----

- Receita relativa ao processo de venda do lote 3 da Zona Industrial da Relvinha Oeste;-----



Assembleia Municipal

-----Sobre este tópico informa-se que, nos termos do artigo 121.º da Lei do Orçamento de Estado de 2020 “ 1 — Os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2021, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração.”-----

-----A receita arrecadada nos últimos 36 meses foi de 55.000,00€. Assim estabelece o n.º 2 do referido artigo que “A receita orçamentada a que se refere o número anterior pode ser, excecionalmente, de montante superior se for demonstrada a existência de contrato já celebrado para a venda de bens imóveis. 3 — Se o contrato a que se refere o número anterior não se concretizar no ano previsto, a receita orçamentada e a despesa daí decorrente devem ser reduzidas no montante não realizado da venda.”-----

-----Despesa-----

- Abertura de rubrica da despesa e inscrição da dotação estimada para 2021 e anos seguintes, para efeito da aquisição de Garantias Bancárias no âmbito do processo de Expropriação da Relvinha;-----

- Abertura da rubrica da despesa e inscrição da dotação estimada para 2021 e anos seguintes, para efeito dos encargos da locação financeira, no âmbito do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica;-----

- Reajustamento ao montante afeto dos anos seguintes da rubrica Reabilitação da galeria hidráulica de Arganil e áreas adjacentes;-----

- Redistribuição de dotações através de transferência inter-rubricas orçamentais decorrentes de dotação insuficiente.-----

-----Verificação do cumprimento da regra do equilíbrio orçamental-----

-----Preveem os nºs 1 e 2 do artigo 40 da Lei n.º 73/2013, que o equilíbrio orçamental é verificado em duas óticas:-----

“1 – Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.-----

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”.-----

-----Sobre esta matéria foi divulgada a Nota Explicativa do SATAPOCAL designada “Regra de equilíbrio orçamental prevista no regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais”, que refere que o cumprimento da regra de equilíbrio deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, no momento da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e em termos de execução orçamental.-----

-----É ainda referido na mesma Nota que, aquando da elaboração de eventuais modificações deve ser apresentado mapa específico (com um conteúdo que permita



Assembleia Municipal

aferir a situação em termos da regra de equilíbrio), que deve acompanhar e integrar a respetiva proposta apresentada aos órgãos ou eleitos locais.-----

-----Relativamente à regra prevista no n.º 1 do artigo 40.º, a mesma é cumprida com a presente Alteração, uma vez que o valor do orçamento na parte da receita é igual ao valor do orçamento da parte da despesa, mantendo-se assim o equilíbrio global (total) do Orçamento Municipal.-----

-----No que respeita ao equilíbrio orçamental previsto no n.º 2 do mesmo artigo, e considerando o que dispõe o artigo 7 da Lei 6/2020 de 10 de abril conjugado com o artigo 4º do Decreto Lei n.º 6-D/2021 de 15 de janeiro, está suspenso o seu cumprimento até 31/12/2021, estando assim dispensada a apresentação de mapa que comprove o seu cumprimento.-----

-----Nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 33.º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal elaborar e submeter para aprovação da Assembleia Municipal as revisões ao Orçamento e Opções do Plano, para que esta delibere, ao abrigo da alínea a) do n.º1 do artigo 25.º do mesmo diploma.-----

-----Perante o exposto, remete-se para aprovação pela Assembleia Municipal da revisão ao Orçamento e Opções do Plano, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/173/2021, aprovar a Alteração Orçamental Modificativa - Revisão nº 2/2021, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SÉTIMO:** Apreciação e votação da **Adenda ao Contrato Programa nº 16/2020, celebrado com a Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça**, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Presente a Adenda ao Contrato Programa nº 16/2020, celebrado com a Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.

-----Presente ainda a informação técnica INF/DAGF SF/44/2021, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----



Assembleia Municipal

-----Em coerência com o solicitado e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, cabendo atualmente tal competência à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias e Uniões de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.ª Ex.ª para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, a minuta de adenda ao contrato programa n.º 16/2020 celebrado com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça, o qual foi aprovado sob proposta da Câmara Municipal em sua reunião de 21 de abril de 2020, com a deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão de 25 de abril de 2020, no montante de 17.500,00€ (dezassete mil e quinhentos euros), com o objeto de apoio à execução dos trabalhos de “Manutenção e reparação das bocas de incêndio da freguesia de S. Martinho da Cortiça.”-----

-----Anexo minuta da adenda ao contrato programa n.º 16/2020, cujo objeto será o apoio à execução dos trabalhos de “Manutenção e reparação das bocas de incêndio da freguesia de S. Martinho da Cortiça e aquisição de kits de incêndio a aplicar nas aldeias da freguesia”.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/44/2021, aprovar a Adenda ao Contrato Programa nº 16/2020, celebrado com a Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos oitavo ao décimo fossem apreciados em conjunto, tendo a Assembleia Municipal concordado com a proposta do Senhor Presidente.-----**

-----Presentes as Minutas dos Contratos Programa em apreço, que se dão por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.



Assembleia Municipal

-----Presente ainda a informação técnica INF/DAGF SF/49/2021, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado por V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, cabendo atualmente tal competência à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibera sobre a forma de apoio às freguesias e Uniões de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do referido anexo I, minuta do protocolo de cooperação (contrato programa) a celebrar com as Freguesias de Arganil, Folques e Secarias, com vista à comparticipação financeira na execução de diversos trabalhos, no valor que ascende a 29.807,25€ (vinte e nove mil oitocentos e sete euros e vinte e cinco cêntimos), destacando-se, pela sua importância, as seguintes:-----

-----• Objeto e Valor das comparticipações:-----

---Freguesia de Arganil: “Beneficiação de pavimento na estrada Mourão/Folques”: 10.589,40€ (dez mil quinhentos e oitenta e nove euros e quarenta cêntimos).-----

---Freguesia de Folques: “Beneficiação de pavimento na estrada Mourão/Folques”: 10.589,40€ (dez mil quinhentos e oitenta e nove euros e quarenta cêntimos).-----

---Freguesia de Secarias: “Substituição de conduta e ramais a efetuar em Vale Peitalva”: 8.628,45€ (oito mil seiscentos e vinte e oito euros e quarenta e cinco cêntimos)-----

-----• Prazo de Vigência:-----

-----Data da Assinatura do contrato até ao cumprimento das obrigações de ambas as partes;-----

-----• Pagamento:-----

-----O pagamento do apoio à execução dos diversos trabalhos será efetuado em duas Prestações: 1.<sup>a</sup> Prestação, no valor de 50%, até 30 (trinta) dias após a assinatura dos contratos e a 2.<sup>a</sup> Prestação, no valor de 50%, aquando o cumprimento total do objeto dos contratos e apresentação da documentação comprovativa da realização da despesa.

-----• Prazo de cumprimento: - até ao final de 2021-----

-----• Incumprimento:-----

-----A falta de cumprimento dos contratos implica a devolução dos montantes atribuídos;-----



Assembleia Municipal

-----• Acompanhamento e controlo:-----  
-----O acompanhamento e controlo do cumprimento dos contratos é feito pela Câmara Municipal, assistindo-lhe o direito de fiscalizar as suas execuções.-----  
-----Anexo minuta dos contratos programa e fichas de cabimento e compromisso.-----  
-----À Consideração Superior,-----

-----**OITAVO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Arganil,**  
com vista à comparticipação financeira das obras de beneficiação do pavimento na  
estrada Mourão/ Folques, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j)  
do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, e de acordo  
com a informação técnica INF/DAGF SF/49/2021, aprovar o Contrato-Programa com  
a Freguesia de Arganil, com vista à comparticipação financeira das obras de  
beneficiação do pavimento na estrada Mourão/ Folques, a realizar pela Junta de  
Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013,  
de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta,  
nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**NONO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Folques,**  
com vista à comparticipação financeira das obras de beneficiação do pavimento na  
estrada Mourão/ Folques, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j)  
do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, e de acordo  
com a informação técnica INF/DAGF SF/49/2021, aprovar o Contrato-Programa com  
a Freguesia de Folques, com vista à comparticipação financeira das obras de  
beneficiação do pavimento na estrada Mourão/ Folques, a realizar pela Junta de  
Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013,  
de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta,  
nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Secarias,**  
com vista à comparticipação financeira das obras de substituição de conduta e ramais  
a efectuar em Vale Peitalva, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea  
j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, e de acordo  
com a informação técnica INF/DAGF SF/49/2021, aprovar o Contrato-Programa com



Assembleia Municipal

a Freguesia de Secarias, com vista à comparticipação financeira das obras de substituição de conduta e ramais a efectuar em Vale Peitalva, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO PRIMEIRO: Para conhecimento** - Proposta de Alteração por Adaptação do Plano Director Municipal de Arganil - Transposição das normas do Plano de Ordenamento da Albufeira das Fronhas (POAF) e do Plano de Ordenamento da Área da Paisagem Protegida da Serra do Açor (POAPPSA).-----

-----Presente a Proposta de Alteração por Adaptação do Plano Director Municipal de Arganil, composta por plantas, Regulamento e informação técnica INF/DGU/337/2021, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**DÉCIMO SEGUNDO: Para conhecimento** – Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 01 de Abril e 31 de Maio de 2021, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-----

-----Presente a informação técnica INF/DAGF/188/2021, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento, no âmbito da Autorização Prévia Genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (INF/DAGF/188/2021).----

-----**DÉCIMO TERCEIRO: Para conhecimento** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da Situação Financeira do mesmo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Financeiro correspondente ao período de 01/01/2021 a 31/05/2021 e do Relatório de Actividades correspondente ao período de 01/04/2020 a 31/05/2021.-----



Assembleia Municipal

## ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram treze horas e trinta minutos e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

---

---